

IRMÃOS CONTRA O IMPÉRIO: EVANGÉLICOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES 2020 NO BRASIL¹

*Christina Vital da Cunha*²

Resumo: Nosso objetivo neste artigo foi refletir sobre o movimento político de esquerda evangélico nas eleições 2020 no Brasil. Nossa atenção recaiu sobre temáticas e performances mobilizadas por candidatos, assim como sobre a articulação produzida por eles entre identidades religiosas, raciais e de gênero. Os dados que sustentam as análises propostas resultam da pesquisa “Esquerda evangélica nas eleições 2020”, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião em parceria com a Fundação Heinrich Boll. Embora o número de candidaturas eleitas tenha sido baixo, a organização de diversos núcleos de esquerda evangélica em 2020 marcaram a história daquelas eleições, assim como o debate público sobre religiosos e política no Brasil produzindo reverberações que devem ser ainda acompanhadas.

Palavras-chave: Evangélicos; Eleições 2020; Política; Esquerda.

*BROTHERS AGAINST THE EMPIRE: LEFTIST EVANGELICALS IN THE 2020
ELECTIONS IN BRAZIL*

Abstract: In this article I reflect on the evangelical leftist political movement in the 2020 elections in Brazil. Our attention was focused on themes and performances mobilized by candidates, as well as on the articulation produced by them between religious, racial and gender identities. The data that support the proposed analyzes result from the survey “Evangelical Left in the 2020 elections”, carried out by the Institute of Religion Studies in partnership with the Heinrich Boll Foundation.

¹ Como citar: VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 13-80, 2021.

² Professora Associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e coordenadora do LePar-Laboratório de Estudos Sócio Antropológicos em Política, Arte e Religião na Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: christina10@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4867-1500>.

Although the number of candidates elected was low, the organization of several groups of evangelical left in 2020 marked the history of those elections, as well as the public debate on religions and politics in Brazil, producing reverberations that must still be followed.

Keywords: Evangelicals; 2020 Elections; Politics; Evangelical Left.

As escrituras já dizem: o mundo jaz do maligno. Os evangélicos entendem “que o mundo que jaz no maligno” como sendo as pessoas. Mas o que você lê lá é o sistema. Se o sistema é maligno e você não enfrentar o sistema em sua malignidade, você não avança. E você não vai enfrentar o sistema em sua malignidade, você não vai enfrentar o império. Era disso que Jesus estava falando. Era disso que os apóstolos estavam falando: do império. O império é maligno. O sistema é maligno. Esse sistema socioeconômico político é maligno. É preciso enfrentar esse sistema. Mas você não vai enfrentar sozinho. Você tem de criar comunidades de amor, como Cristo ensinou, que apoiam as lutas intestinas no sistema. Porque, de fato, a fé cristã propõe um outro sistema. A fé cristã não é ingênua, no sentido de não compreender que você precisa ter organização, que precisa ter estrutura, como é que você vai administrar sem estrutura? (Ariovaldo Ramos – entrevista concedida em 23 de setembro de 2020).

Havia uma grande expectativa entre diferentes segmentos sociais que atribuíam às eleições municipais de 2020 um caráter fatal: ou a direita autoritária estabelecida no governo federal ganharia capilaridade tornando a vida democrática no país uma quimera ou a esquerda organizada em diferentes arranjos se reergueria nas urnas e produziria uma barreira ao crescimento das forças políticas antagônicas com vistas a uma inversão no jogo nas eleições presidenciais de 2022. O resultado do primeiro turno das eleições de 2020 não parecia favorecer a nenhum dos grupos em especial visto que os partidos chamados do Centrão (ou fisiológicos) foram os que apresentaram maior crescimento. Entre as 30 legendas consideradas no comparativo com a última disputa, 21 apresentaram queda no número de vereadores eleitos.

Republicanos, PP, PSD, DEM e PL tiveram desempenho positivo. Dentre eles, o DEM foi o partido que apresentou o maior crescimento percentual entre 2016 e 2020 (49%). No *ranking* das legendas, o MDB, embora com a redução no número total de vereadores eleitos no Brasil em relação ao pleito anterior, está na liderança seguido por PP, PSD, PSDB, DEM, PL, PDT, PSB, PT, Republicanos, respectivamente. Entre políticos de esquerda, o discurso imediato após as eleições do primeiro turno era otimista, assumindo um tom de “nem tudo está perdido”. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou em seu *Twitter* que a esquerda saía fortalecida daquelas eleições e que “a extrema direita de Bolsonaro foi a grande derrotada”. O fortalecimento da esquerda e de seus valores humanistas e de justiça social, mostra que reconstruir um outro Brasil, mais fraterno e solidário, é possível³. O cientista político da Fundação Getulio Vargas, Fernando Abrucio, vaticinava : “o tempo do bolsonarismo acabou” pois “O grande tema para 2022 é a questão social no país. E isso é o contrário do bolsonarismo”⁴. Entre midiáticos representantes da direita no país, um risco parecia se pronunciar em relação ao projeto cujo impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016 foi um marco, ganhando força com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Neste sentido, em 15 de novembro de 2020, a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) publicou em seu *Twitter*: “O que houve com os conservadores? Erramos, nos pulverizamos ou sofremos uma fraude monumental?”. No dia seguinte, o deputado federal Marco Feliciano (Republicanos-SP)⁵, com o mesmo tom de autocrítica, publicou

³ UOL. *Lula diz que eleições fortalecem esquerda: 'luta continua no 2º turno'*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/lula-diz-que-eleicoes-fortaleceram-esquerda-luta-continua-no-2-turno.htm>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

⁴ EL PAÍS. *Fernando Abrucio: “Eleitor evangélico mostrou que não é voto de cabresto”*. Disponível em: . Acesso em 30 de novembro de 2020. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-01/fernando-abrucio-eleitor-evangelico-mostrou-que-nao-e-voto-de-cabresto.html>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

⁵ Marco Feliciano foi eleito pelo Podemos, mas foi expulso da legenda por divergências internas em janeiro de 2020. Em maio do mesmo ano, filiou-se ao Republicanos.

em seu *Twitter*: “Sempre disse que a direita, como organização no Brasil não existe! Temos conservadores pontuais. Sem estratégia não se chega a lugar algum. Na política, espaços importantes precisam ser ocupados. Tiramos o PT desses espaços e não os ocupamos. No futebol se diz: quem não faz, leva”. Noutro *tweet* elabora uma espécie de encaminhamento alertando: “As eleições nos EUA deixam algumas lições: 1) devemos aprovar voto impresso urgente, pois o sistema vem contra o PR Jair Bolsonaro com sangue nos olhos. 2) Pauta a ser vencida: reformas, Renda Cidadã, fortalecer aliança com segmento evangélico”.

Posterior à vitória de vários partidos de centro e de direita no segundo turno para a prefeitura de várias cidades brasileiras, a autocrítica de direita se transformou publicamente em um discurso comemorativo sobre o quadro final da disputa e entre analistas e partidários de esquerda o clima “Bolsonaro foi o grande derrotado” deu lugar a reflexões sobre a renovação de sua popularidade. Na projeção de analistas e políticos, se as eleições de 2022 fossem hoje, o atual presidente poderia se reeleger⁶. Tudo isso, muito embora tivéssemos um aumento significativo, em termos absolutos e percentuais, de pessoas negras (10%) e mulheres (16%) eleitas para as câmaras municipais pelo Brasil a fora⁷.

⁶ FOLHA DE S. PAULO. *Eleitor se moveu para a direita, e derrota de Bolsonaro é impressão, afirma Haddad à Folha*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/eleitor-se-moveu-para-a-direita-e-derrota-de-bolsonaro-e-impresao-afirma-haddad-a-folha.shtml>. Acesso em: 7 de dezembro de 2020.

Na mesma direção sobre a força do bolsonarismo ver: EL PAÍS. *Jairo Nicolau: “Bolsonaro é uma liderança inequívoca. É um Lula da direita”*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-27/jairo-nicolau-bolsonaro-e-uma-lideranca-inequivoca-e-um-lula-da-direita.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

⁷ O crescimento foi significativo também entre pessoas transsexuais e travestis eleitas. Em 2016 foram eleitos 8 representantes e, em 2020, o total foi de 30. Destaque para a votação expressiva que tiveram Erika Hilton (PSOL) e Thammy Miranda (PL), respectivamente, em 6º e 9º lugares entre as vereadoras mais votadas da cidade de São

Nas eleições municipais de 2020, uma grande expectativa era experimentada por parte de grupos mais mobilizados, além de um sentimento público de cansaço, desconfiança⁸ e atordoamento, este último, em especial, vigente em pleitos consecutivos desde as eleições de 2014 (Vital da Cunha, Lopes e Lui, 2017). Além da grave crise política que se estabeleceu desde então, em 2020, as eleições tinham algumas particularidades: foi a primeira eleição na qual a reforma política seria integralmente vigente; o pleito fora adiado em razão da pandemia; ainda, a propósito da pandemia, as estratégias de campanha deveriam estar centradas no uso das redes e mídias já que o corpo a corpo seria limitado; investigações judiciais; denúncias do Ministério Público e a possibilidade de prisão de alguns dos candidatos durante a campanha ganharam a mídia acentuando dúvidas, inseguranças e descrenças, e, por fim, teríamos diferentes atores em posições diametralmente opostas disputando a narrativa sobre o significado histórico desse “tempo da política” tão singular (Palmeira 1977; Palmeira e Heredia, 1995)⁹.

Neste artigo, temos como objetivo refletir sobre a emergência de candidaturas de evangélicos e evangélicas por partidos identificados como de esquerda e centro-esquerda para a vereança em diversas cidades brasileiras. Quais seriam as temáticas centrais na campanha destes candidatos e candidatas? Quais performances seriam mobilizadas por estes evangélicos de

Paulo. Em Belo Horizonte, a transsexual Duda Salabert (PDT) foi a vereadora mais votada para a câmara municipal.

⁸ Vale lembrar que o profundo sentimento de desconfiança em relação à política “tradicional” e institucional (bandeira importante de vários candidatos e candidatas em 2018) foi reativado pelo grande número de candidatos a prefeituras de grandes cidades que estavam sob investigação do Ministério Público. Casos emblemáticos foram os dos então candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella e Eduardo Paes.

⁹ Para Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995), as eleições assumem grande importância em representações e práticas sociais, equivalendo, assim, a outros tempos socialmente relevantes como “o tempo das festas” e o “tempo da quaresma”. Nestes eventos sazonais, dizem os autores, observamos alianças, colaborações situadas e conflitos específicos que informam sobre a figuração social específica.

esquerda¹⁰ na disputa? Identidades religiosas, raciais e de gênero se articulariam? Como? Minha pretensão não é esgotar as possibilidades de análise sobre performances e articulações identitárias realizadas por estes atores, mas, antes, oferecer algumas chaves interpretativas que contribuam para a compreensão das interfaces contemporâneas da religião no espaço público brasileiro, na esteira de outros tantos trabalhos indubitavelmente significativos (Giumbelli, 2002, 2018; Esquivel e Toniol, 2018; Dullo, 2015; Montero, 2020, 2012, 2006; Freston, 1999; Oro, 2020, 2003; Camurça, 2019; Dutra e Pessoa 2021; Birman, 2003; Burity, Bonini e Serafim, 2015; Almeida, 2020).

Os dados que sustentam as análises propostas resultam da pesquisa “Esquerda evangélica nas eleições 2020”, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião em parceria com a Fundação Heinrich Boll¹¹. Inicialmente

¹⁰ Faremos referência geral a estas candidaturas como de esquerda considerando o espectro político-partidário ao qual tais candidaturas se filiam. Ao longo do texto, a apresentação própria dos candidatos sobre suas identidades político-ideológicas será devidamente discutida.

¹¹ A pesquisa teve início em Julho de 2020 e encerrou o período de coleta de dados em Dezembro do mesmo ano. A sistematização deste material encontra-se em curso. A equipe diretamente envolvida no projeto contou comigo como proponente do projeto e coordenadora, com João Luiz Moura como assistente direto. Durante a realização de entrevistas e para suas transcrições contamos com integrantes do LePar (Gabrielle Herculano, Rafaela Marques e Wallace Cabral). Gabrielle Abreu e Matheus Pestana trabalharam diretamente no acompanhamento das campanhas de candidatos de direita e de esquerda evangélicos nas mídias sociais, sob a coordenação de Magali Cunha. Matheus foi ainda responsável pela elaboração de vários bancos de dados, alguns já disponíveis na plataforma Religião e Poder, do ISER. Semanalmente havia a reunião de todos os integrantes destas pesquisas com àquela dedicada à investigação sobre as candidaturas de direita evangélicas, realizada pelo ISER com apoio da Fundação Ford, sob coordenação de Livia Reis. Nestas oportunidades todos, de modo integrado, partilhávamos achados de pesquisa, reflexões e leituras. Em cada encontro, Regina Novaes, Ana Carolina Evangelista e Clemir Fernandes nos brindavam com importantes comentários sobre os temas levados ao debate. Aproveito aqui para agradecer a todos estes queridos interlocutores

tínhamos como objetivo acompanhar em profundidade o movimento Bancada Evangélica Popular (BEP), resultado de uma articulação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito com outras organizações ligadas ao movimento social evangélico. Dadas as dificuldades enfrentadas pelo BEP durante as eleições, logo nas primeiras semanas da campanha oficial em rádio e TV, decidimos ampliar nossa atenção para um outro grupo de esquerda naquele pleito: os Cristãos Contra o Fascismo (CCF). Além desses grupos, e das candidaturas por eles apoiadas, tínhamos como objetivo analisar a atuação de evangélicos de esquerda nas eleições 2020 em oito capitais a partir de uma parceria entre ISER e NER-UFRGS, nas pessoas de Ari Pedro Oro e Érico Carvalho¹². Os métodos utilizados para a produção dos materiais empíricos foram, portanto, variados: realização de entrevistas com candidatos, ativistas, teólogos e pastores¹³, coleta de informações sobre a campanha em redes sociais (*Twitter, Facebook, Instagram*) e em páginas na internet, levantamento de matérias que circularam na grande mídia, a produção de programas de entrevistas veiculados na forma de lives com ativistas do movimento negro e de mulheres evangélicas e pesquisadores das Ciências Humanas¹⁴ e recolhimento de dados no TSE. Neste artigo,

pelas contribuições que resultaram, sem dúvidas, em *insights* que busco desenvolver aqui. Vale lembrar que partilho com eles os acertos e me responsabilizo pelas incompletudes analíticas que venham a ser identificadas neste artigo.

¹² Fruto desta articulação foram produzidos bancos de dados sobre candidaturas evangélicas, católicas, judaicas, muçulmanas e afro-brasileiras relativas as seguintes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Goiânia, Belém, Recife e Porto Alegre.

¹³ Foram entrevistados os articuladores da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, pastor Ariovaldo Ramos e Nilza Valéria, os candidatos Thiago Santos (coordenador do CCF), Fellipe Gibran, Jonatas Arêdes, Djenane Vera, Kenia Vertello e Samuel Oliveira (coordenador do BEP).

¹⁴ Para essas *lives* convidamos Jackson Augusto, do Afrocrente e articulista do The Intercept, Joanildo Burity, cientista político e integrante da Fundação Joaquim Nabuco, Simony dos Anjos, candidata à prefeitura de Osasco (SP) e integrante da Rede de Mulheres Negras Evangélicas, João César Rocha, escritor e professor do departamento de literatura

tereí a oportunidade de explorar alguns dos materiais produzidos, ciente de que outras produções ainda resultarão deste esforço coletivo de trabalho. Referenciais teórico-metodológicos sobre a produção de discursos e situações sociais foram importantes na medida em que o tratamento dado às narrativas articuladas pelos atores ocorreram de modo a valorizar sua produção em termos de seus contextos de emergência (Gluckman, 1987; Palmeira, 1977; Bourdieu, 1996). Outro aspecto importante na produção das análises que seguem diz respeito ao tratamento do comportamento político dos diferentes atores como performances a partir das contribuições de Jeffrey Alexander. Em sua perspectiva, no âmbito da Sociologia Cultural, o acesso aos significados morais, culturais, políticos, sociais passam pela observação de performances de atores sociais em interação direta com outros atores e/ou com discursos. Para o autor, “a vida social moderna é uma série de performances contínuas por parte de vários atores” (Alexander, 2014a, p. 362). Sua elaboração se inspira, em parte, em Erving Goffman com uso da teoria do teatro para observar e refletir sobre as dinâmicas sociais. Outro ponto de inspiração em sua obra dá-se pela compreensão das performances como mecanismo (às vezes eficaz, às vezes não) de manipulação de impressões com vistas a alcançar resultados na interação específica. A crítica em relação à abordagem de Goffman recai sobre a percepção de que os atores sociais atuam de modo profundamente cínico e estratégico. Para Alexander, o cinismo nem sempre integra as atuações. A ambição em atualizar as teses durkheimianas impulsiona igualmente Alexander:

Eu queria modernizar, por assim dizer, a tradição durkheimiana, elucidando os fatores sociais e culturais que tornam os rituais muito menos prováveis, e fazer isso usando a teoria do teatro. A maneira como vejo a sociologia é que o que mais precisamos fazer é usar as teorias das humanidades, das artes, do

da UERJ, Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança e os pesquisadores do ISER, Gabrielle Abreu, historiadora, João Luiz Moura, mestre em ciência da religião e Matheus Pestana, cientista político.

teatro e da crítica literária, temos que trazer essa teoria para o front tradicional da sociologia que é poder, estratificação (Alexander, 2014a, p. 362).

No Brasil, Jeffrey Alexander é bastante conhecido pelo artigo “A importância dos clássicos”, publicado em coletânea organizada por Anthony Giddens (1987). Raewyn Connell, socióloga australiana, em artigo publicado no Brasil em 2012 [2007], faz uma referência crítica à Alexander como um dos autores contemporâneos responsáveis pelo reforço de uma espécie de fantasia colonial sobre a fundação da sociologia. Jeffrey Alexander tem uma larga reflexão sobre multiculturalismo e sobre o movimento social geradores de controvérsias. No entanto, a atualização da obra de Goffman feita por Alexander (2014a, 2014b), em suas reflexões sobre a produção de performances políticas e sociais, interessam muito à minha proposta de análise. Não para produzir equivalências morais entre atores sociais com pesos políticos distintos, mas para refletir sobre estratégias que envolvem manipulação de impressões, estigmas e exercícios de limpeza moral. Este último ponto é especialmente importante na medida em que as performances políticas visam a disputa pela impressão de verdade sobre si e a imputação no oponente da mácula da inverdade, da mentira¹⁵.

¹⁵ Este mecanismo de apresentação de si como verdadeiro e imputação da mentira no outro pode ser identificado em inúmeras situações durante as eleições 2020. Destacaria o último debate para a prefeitura do Rio de Janeiro na Rede Globo, ocorrido em 27 de novembro de 2020, como situação ideal para esta análise. Neste debate, um tipo de “performance de verdade” assumiu centralidade na interação entre os candidatos através de uma articulação engenhosa de gramáticas e imagens religiosas. Foi manipulando impressões sobre si e o outro que o então candidato Eduardo Paes se referia ao seu adversário e então prefeito, Marcelo Crivella, como “pai da mentira”, associando-o, de uma só vez à inverdade/mentira e ao mal. A passagem bíblica de referência é João 8:44 “Vocês pertencem ao pai de vocês, o Diabo, e querem realizar o desejo dele. Ele foi homicida

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira delas faremos uma apresentação dos movimentos Bancada Popular Evangélica e Cristãos Contra o Fascismo explorando o perfil de candidatos e candidatas, suas principais pautas e engajamentos, além de alguns dados quantitativos sobre as candidaturas evangélicas de esquerda nestas eleições com vistas a apresentar um quadro mais geral sobre este segmento no pleito. Nesta seção teremos a oportunidade de refletir sobre dinâmicas que envolvem acusações e identificações em torno da identidade progressista, popular e/ou de esquerda entre este segmento religioso estudado. O recurso à exploração do uso destas terminologias desde o processo de redemocratização do país será importante para situar o contexto de emergência desses grupos no presente, suas referências no debate, os movimentos que os antecederam acentuando continuidades e mudanças em relação a eles. Na segunda parte do artigo pretendemos lançar luz sobre o tratamento da questão racial por parte das candidaturas acompanhadas recuperando este debate entre evangélicos nos anos 1980 e como esta agenda é apresentada pelo conjunto das candidaturas hoje. Em seguida, pretendemos explorar a emergência da questão de gênero nas candidaturas acompanhadas considerando, igualmente, o percurso deste debate dos anos 1990 em diante. Em todos os casos, essas identidades são apresentadas através de um diálogo com a história de gerações anteriores se valendo de recursos midiáticos para sua atualização, difusão e disputa por espaço seja nas igrejas, no “mundo secular” ou na política institucional. Por fim, empreenderemos um esforço não propriamente conclusivo, mas indicativo de questões a serem exploradas e acompanhadas por nossa equipe de pesquisa e por outros grupos interessados nas interfaces contemporâneas entre religião e política com vistas à ampliação do debate acadêmico e ao fortalecimento da experiência democrática.

desde o princípio e não se apegou à verdade, pois não há verdade nele. Quando mente, fala a sua própria língua, pois é mentiroso e pai da mentira”.

O MOVIMENTO BANCADA EVANGÉLICA POPULAR NAS ELEIÇÕES 2020

Como vimos na epígrafe a este artigo, um sentido de missão e enfrentamento de forças nefastas se apresentaram como motivadores de cristãos para a militância na vida social e também política institucional. Imbuídos deste propósito, em 05 de julho de 2020, em uma live no Facebook, foi lançada oficialmente a Bancada Evangélica Popular por uma iniciativa de oito lideranças evangélicas: Ariovaldo Ramos (Pastor, fundador e então Coordenador da Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito¹⁶); Daniel Santos (Pastor na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP); Eliad Dias (Pastora na Igreja Metodista da Luz/SP); João Paulo Berlofa (Pastor na Igreja da Garagem, Coordenador do Coletivo Inadequados); Ricardo Assunção (Pastor nas lutas por Moradia, Frente de Luta por Moradia, Igreja da comunidade Metropolitana de São Paulo); Samuel Oliveira (Ativista, membro da Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito, membro na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP); Valéria Vilhena (Pastora, Coordenadora da EIG - Evangélicas Pela Igualdade de Gênero, Igreja Metodista da Luz) e William Carvalho (Presbítero na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP).

Embora observemos esforços de suas lideranças para que não sejam tomadas como iguais, o movimento Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED) e o BEP, a relação entre esses grupos e as concepções que os formam são evidentes. Nas entrevistas realizadas, e mesmo na grande mídia, a relação umbilical entre a FEED e a BEP era sinalizada seja como

¹⁶ Em fevereiro de 2021, a coordenação executiva da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito passou a ser de Wesley Teixeira. Wesley foi candidato pelo PSOL à câmara municipal de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em 2020. Acompanhamos sua candidatura que obteve grande apoio popular, partidário e de mídia. Sua candidatura ganhou destaque em outubro de 2020 em razão das controvérsias que envolveram a aceitação de recursos de campanha vindos de Armínio Fraga. Para uma reflexão sobre o caso ler: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/fundamentalismo-as-avessas-em-tempos-eleitorais/>. Acesso em 7 de outubro de 2020.

meio de mostrar origens e idealizações, seja como meio de crítica sobre os procedimentos comuns. A respeito das origens do BEP, o pastor Ariovaldo Ramos, coordenador da FEED e um dos idealizadores da Bancada, disse em entrevista para nossa pesquisa: “Quando a gente começou a Frente, lá em 2016, uma coisa ficou clara: não tínhamos tomado uma posição só contra o golpe de Estado, mas também contra a tentativa de hegemonia da Bancada Evangélica [no Congresso Nacional], principalmente, a tentativa de desenhar um perfil único pros evangélicos”. Ariovaldo prossegue apresentando a importância da disputa pela identidade evangélica e a “luta contra o império” pela via política institucional: “Nós precisamos fazer esse enfrentamento nas urnas. Se a gente não fizer esse enfrentamento nas urnas, todo nosso discurso morre na praia”.

A Bancada Evangélica Popular tinha como propósitos, então, combater a hegemonia política da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e a identificação social de evangélicos exclusivamente com a direita política partidária, com um conservadorismo moral e com a defesa do capitalismo. As candidaturas de evangélicas e evangélicos apoiadas deveriam ter em comum a defesa do Estado Laico, a luta pela superação da pobreza, a defesa das liberdades individuais e o combate à desigualdade social, racial e de gênero, mediante uma perspectiva cristã igualitária. Sendo assim, na campanha, foi explorada uma interpretação bíblica comum a seus integrantes articulando afinidades políticas com um sentido de missão transformadora inspirados na figura de Cristo. As mensagens e passagens centradas no amor e na inclusão daqueles à margem da sociedade ganharam destaque no material de campanha e nas redes sociais dos que concorriam com apoio do BEP. No manifesto de lançamento do movimento é possível ler: “Entendidos que nosso papel no Reino vai para além de nossas denominações, tomamos uma frente de luta direta. Entendidos de que nós somos missionários e missionárias do Reino de Deus para pregar justiça, paz, amor e misericórdia, contra todo tipo de injustiça, ódio, opressão e desigualdade. Entendidos que numa sociedade isso significa lutar por políticas públicas e governos que visem à igualdade social e ao bem do nosso povo”.

Samuel Oliveira, graduando em filosofia, candidato pelo PCdoB para a câmara municipal de São Paulo e fundador do BEP, disse que a escolha do termo “popular” no nome do movimento visava a ampliar o diálogo “com o povo”. Segundo Samuel, em entrevista à pesquisa: “a gente escolheu esse termo porque a gente acreditou que ele pode dialogar mais com o povo. [...] o popular deixa claro, eu acho, que ele faz parte desse processo, dessa identidade progressista, essa identidade com o povo, essa identidade com as pessoas, enfim, mais pobres, mas, ao mesmo tempo, não dá essa taxaçoão que dá quando você chega numa pessoa que já é super fechada ao diálogo, que cresceu numa lógica conservadora e que aprendeu que progressista é coisa do PT, que é isso e aquilo, e que, por hora, já vai se fechar pra uma conversa porque já identificou ali algo que ela rejeita. Então, na intenção da gente ampliar o nosso diálogo e não fechar as portas, mas sem perder a nossa identidade, a gente entendeu que o termo popular podia atender melhor essa questão”. Uma articulação pendular entre povo/povo de Deus se apresenta sua estratégia ao retomar um modo importante de tratamento dos mais pobres e oprimidos por católicos e evangélicos em décadas passadas em cuja justiça social emergia como pauta unir muitos religiosos (Sales Jr. e Aguiar, 2020).

Os interessados em se vincularem ao BEP eram incentivados a acompanhar os cursos de formação política oferecidos pela FEED¹⁷ e também por Rudá Ricci¹⁸, tendo em vista que a maior parte dos que procuravam o movimento estavam em sua primeira disputa eleitoral ou já haviam concorrido, sem êxito. Segundo Ariovaldo Ramos, em entrevista para a pesquisa: “A ideia é estar alimentando esse pessoal o tempo todo com textos, com

¹⁷ A FEED tem núcleos em vários estados da federação. Há uma autonomia em termos da organização e iniciativas locais. Neste sentido, os cursos não são iguais em cada núcleo, mas alguns preceitos são comuns: igualitarismo de raça, gênero, classe, valorização da democracia, do Estado Laico, dos direitos humanos.

¹⁸ Cientista político e diretor geral do Instituto Cultiva. Link para acesso: <https://institutocultiva.com.br>.

ajuda, com análises de conjuntura. Até porque nós não sabemos quantos conseguirão mandato, mas a ideia não é ter o movimento se houver mandato, porque isso é uma caminhada que pode levar, aí, dois, três, quatro pleitos”.

Os cursos de formação da Frente, além dos conteúdos voltados à formação político-partidária, buscam desenvolver nos integrantes o que chamam de uma “espiritualidade progressista”. Esta seria caracterizada por uma valorização do socialismo, do ecossocialismo, de uma perspectiva igualitária baseada no Novo Testamento e ministrada em cursos da FEED como sendo ela a espiritualidade “naturalmente” cristã¹⁹. No núcleo mineiro da FEED, por exemplo, apresentavam a cidadania de evangélicos à luz da Bíblia em 12 encontros. Jonatas Arêdes²⁰, um dos coordenadores do curso, pequeno produtor local, formado em administração de empresas, teólogo e candidato à vereança em Belo Horizonte, disse em entrevista à pesquisa: “São encontros semanais e cada encontro tem uma temática. A gente estuda o que a Bíblia fala sobre direitos, o que a Bíblia fala sobre a cidadania, o que a Bíblia fala sobre o direito ao trabalho digno, direito à educação, direito à saúde, o que a Bíblia fala sobre a dignidade da mulher, o diálogo com outras religiões”.

O BEP apresentava uma pretensão de abrangência nacional, embora os apoios ocorressem principalmente em São Paulo com incidência menor em outros estados do Sul e Sudeste. O caráter pluripartidário pretendido pelo movimento se fez valer com candidaturas em partidos como REDE,

¹⁹ Em mesmo sentido, Geter Borges Sousa, secretário-executivo do MEP para o período 2003-2007 e membro da Igreja Batista diz: “Só existe uma espiritualidade, a que envolve o ser humano; uma espiritualidade parcial não é espiritualidade, é faz-de-conta de um clube religioso” e “Espiritualidade integral é atender às demandas do corpo e da alma, que não podem ser dissociadas”. <https://diplomatiq.org.br/a-esquerda-evangelica/?SuperSocializerAuth=LiveJournal>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

²⁰ Candidato pelo Coletivo Plural juntamente com Fellipe Gibran, Djenane Vera e Kenia Vertello. Essa candidatura coletiva concorria a uma cadeira na câmara de vereadores de Belo Horizonte (MG).

PT, PSOL e Pcdob. Durante as entrevistas e contatos com a organização do BEP, solicitamos a lista de candidaturas apoiadas e buscávamos, igualmente, compreender o que significava este apoio. Já na primeira entrevista com o fundador do movimento, Samuel Oliveira, foram explicitadas limitações relativas ao potencial de envolvimento neste trabalho. Isso porque, argumentou, no movimento social essa questão de estrutura e organização é sempre muito precária. Sendo assim, somente às vésperas das eleições o BEP soltou em suas redes sociais quais candidaturas de fato eram apoiadas em *cards* com a identidade visual do movimento. Foram cinco: Ivanete Xavier (candidatura coletiva – REDE) em Curitiba; Dagmar Santos (PT) em Salvador; Samuel Oliveira (PCdoB) em São Paulo, Vinícius Lima (REDE) em São Paulo e Pastor Berlofa (PSOL) em Mogi das Cruzes/SP. Nenhuma delas foi vitoriosa nas urnas (somente Dagmar Santos e Pastor Berlofa Bancada Popular conseguiram suplência).

O processo de busca de apoio do BEP ocorria da seguinte forma: a candidatura que se mostrava interessada em se vincular ao movimento deveria fazer uma inscrição. O passo seguinte era assinar um termo de compromisso cujo *caput* trazia as seguintes orientações:

Nós, do movimento pela Bancada Evangélica Popular, organizado por lideranças evangélicas viemos a fim de oferecer para o setor evangélico, bem como toda a sociedade brasileira, alternativas políticas com candidaturas de irmãs e irmãos que pertençam ao campo popular e firmam compromisso com o Evangelho na luta por justiça social e igualdade para as pessoas, livres de intenção de dominação religiosa e posicionamentos antipovo como ocorre com outros movimentos políticos evangélicos. Como movimento pluripartidário e que acolhe uma diversidade teológica, não buscamos consenso político e nem teológico, se não nos princípios que regem os compromissos deste termo, do qual convictos e convictas à luz da Palavra e conscientes da luta de nosso povo, cremos firmemente que à sociedade brasileira não deve ser imputada qualquer doutrinação religiosa e que deve estar empenhada a construção de uma nação livre das opressões e desigualdades sustentadas pelo capitalismo,

sendo esse o verdadeiro ensinamento de Jesus ao nos orientar reparação à classe empobrecida e injustiçada como em Mateus 25:34-40

Além do texto de apresentação da missão do BEP, o “Termo de Compromisso Político do Movimento pela Bancada Evangélica Popular com Candidatas e Candidatos à Vereança em 2020” finaliza com o esclarecimento dos pontos em comum às candidaturas:

Defendermos os direitos civis e a liberdade de cada cidadão e cidadã sem nenhum tipo de discriminação, preconceito, exceção, privilégios ou alvo de imputação religiosa; - Defender a Constituição Federal de 1988; - Defender os Direitos Humanos; - Defender os direitos e medidas populares, contra todo tipo retrocesso dos mesmos; - Defender os serviços PÚBLICOS, sua ampliação e qualidade na promoção de todos os direitos básicos e de dignidade humana; - Defender a paz, o amor, a justiça e igualdade, contra todo tipo de ódio, intolerância, violência e preconceitos acentuados sobretudo no machismo, racismo e lgbtphobia; - Defender o meio ambiente, uma nação sustentável e o cuidado com os povos originários e sua cultura; - Defender o Estado laico, livre de dominação religiosa e sem privilégios a alguma religião; - Defender a democracia e o Estado de Direito, contra o Estado e Regime de Exceção.

Em seguida, os candidatos e candidatas deveriam enviar documentos e fotos. Depois disso, teriam o apoio da mídia do BEP. Em conversa posterior às eleições com Samuel Oliveira, ele disse que o motivo de não terem mais candidaturas cadastradas não seria a burocratização do processo, mas outros pontos como a própria dificuldade de “evangélicos de esquerda” assumirem suas identidades religiosas publicamente. Já nossos entrevistados disseram que o excesso de burocracia e falta de comunicação dificultaram suas vinculações ao BEP. Um deles sinalizou que: “a gente chegou a conversar. Conversei com duas pessoas da Bancada Evangélica Popular, mas acabou que as correrias da demanda da candidatura foram muito grandes e a gente não conseguiu entender bem o processo, não conseguiu entender bem como funcionaria, o que a gente precisaria fazer. Esse ruído na comunicação foi o

fator determinante que deixou a gente mais distante dessa Bancada Popular Evangélica”.

Comparações entre o movimento Bancada Evangélica Popular e o Cristãos Contra o Fascismo surgiam ao longo da campanha seja entre os entrevistados, seja na mídia e entre ativistas. A questão geracional, para alguns, emergia como uma diferença importante. Neste sentido, destacavam que a centralidade da figura de Ariovaldo Ramos envolvia um fascínio por parte de pessoas mais novas que admiravam seu trabalho histórico. Noutro sentido, em um tom de crítica mais velada, sinalizavam que movimentos como o próprio Cristãos Contra o Fascismo tinham na juventude e relativo anonimato dos integrantes a sua força. Um dos entrevistados comparou: “a questão da Bancada Popular e do Cristãos Contra o Fascismo. A gente tem uma diferença geracional. CCF é de uma galera muito jovem, muitos dos nossos estão concorrendo às eleições pela primeira vez. É uma galera anônima até ontem. Uma galera que estava ali na sua cidade, fazia seu trabalho cristão e tal, mas não era uma pessoa conhecida na mídia, não tinha protagonismo nas redes sociais que é a diferença que a gente vê da Bancada Popular Evangélica que é uma galera mais da Velha Guarda [...] agora a gente começa a ganhar notoriedade”. A falta de posicionamento político partidário nestas eleições por parte da FEED foi criticada por líderes do próprio movimento e também por candidatos que concorreram em 2020. Sobre este posicionamento da FEED um dos candidatos jovens entrevistados falou:

Nós estamos vivendo um estado de exceção e eu esperava outro posicionamento da Frente. [...] cara, agora, ou a gente entra nesse negócio e a gente fortalece uma perspectiva democrática ou vão ser mais quatros anos de nota de repúdio no *Facebook*, no *Twitter*, no *Whatsapp*, sei lá o que for. Então, nesse aspecto, eu achei que os Cristãos Contra o Fascismo têm dado um salto porque eles estão potencializando tudo quanto é candidatura de esquerda. Lógico, potencializa no universo deles, na capacidade deles que é ainda pequena e tudo mais, mas eu acho que é nesse espaço que a gente deveria estar pensando agora como Frente de Evangélicos e tal. E faço essa crítica à Frente de Evangélicos com

muita liberdade porque sou alguém de dentro, construindo, não sou alguém de fora que critica a Frente, não, de maneira nenhuma, tô lá, sou um dos coordenadores, faço parte do que for possível da Frente, não vou sair, não vou abandonar, nem nada disso.

OS CRISTÃOS CONTRA O FASCISMO NAS ELEIÇÕES 2020

As comparações entre os grupos FEED e CCF são correntes entre ativistas evangélicos, como vimos acima. Entre os integrantes da FEED é comum o tom ufano quanto ao lugar que desempenhariam nessa (re) organização da esquerda evangélica no Brasil. Sem dúvida, a partir de 2016, com o impedimento da então presidente Dilma Rousseff, um número expressivo de grupos foram criados ou se fortaleceram. Foi nesse contexto, mais precisamente em 2018, que surgiram os Cristãos Contra o Fascismo, integrado por evangélicos e católicos autoidentificados como progressistas. São mais católicos do que evangélicos e dentre os primeiros há vários padres e freiras. Há também pastores evangélicos, pessoas que estão engajadas em suas comunidades religiosas. É um movimento tributário das redes sociais, já que surgiu de uma militância que se pode começar sozinho, como disse em entrevista à pesquisa, Tiago Santos, seu fundador, teólogo e candidato à vereador por Porto Alegre (RS). Quando foi lançada a campanha “Ele Não” durante as eleições de 2018, Tiago criou um evento no Facebook que obteve grande visibilidade:

Eu lancei no Facebook um evento chamado Cristãos Contra o Fascismo convocando pro ato do “Ele não” aqui de Porto Alegre. Não era organizado por cristãos. Era organizado por movimentos de mulheres. Então lancei, fiz uma artezinha rápida ali no computador e joguei lá. Aconteceu que teve uma adesão muito forte, uma adesão que a gente não imaginava, não esperava. A ideia surpreende pelo fato de existir um senso comum de que todo evangélico é conservador. De que todo cristão, de alguma forma, apoiava aquele discurso do Bolsonaro, né? E quando as pessoas percebem que não é assim, que esse

discurso não é hegemônico, que os cristãos não são um bloco monolítico, que existe essas diferenças de discurso, de interpretação... Isso surpreende um pouco. Acaba surgindo como sendo uma novidade e, talvez por isso, ganhou um certo destaque que a gente não esperava.

A contraposição à hegemonia evangélica na política e a consequente percepção dos evangélicos como exclusivamente conservadores e de direita marcou a formação do CCF, assim como também o foi em relação à FEED, como vimos anteriormente no texto. O evento criado foi reproduzido em outras cidades ganhando espaço na Mídia Ninja e entre outros agentes da mídia alternativa e mesmo no mainstream da comunicação no Brasil. A capilaridade do CCF ocorre também a partir da criação de grupos no *Whatsapp*, plataforma usada de modo pronunciado por líderes evangélicos antagônicos às propostas de esquerda, como apresentou Fonseca (2020)²¹. A partir de então, disse Tiago, o movimento foi “ganhando corpo de um modo muito orgânico, muito natural”.

Se as semelhanças entre FEED e CCF são muitas em termos da motivação e contexto de suas formações, uma característica fundamental os diferencia, ao menos em seu nascedouro: o caráter político do CCF. O movimento nasce para fazer um contraponto à Frente Parlamentar Evangélica a partir do movimento social e, claramente, também, da política institucional. Segundo Tiago: “

²¹ Vários desses líderes se valeram do sentimento de confiança produzido na situação de intimidade para propagarem desinformação. “São essas redes que parecem desempenhar um importante papel na dinâmica de disseminação tanto de notícias, correntes e também desinformação pelo *Whatsapp*. O fato de reunirem pessoas que possuam confiança em torno do ideal religioso e que têm sido estimuladas a se posicionarem em defesa de sua fé, acabam encontrando nesta ferramenta de comunicação terreno fértil. A lógica de ‘defesa da família’ se dá por meio do uso de um aplicativo que tem, exatamente, no uso da família seu primeiro foco. Ser algo da confiança e segurança, espaço em que pessoas que se conhecem previamente e se comunicam de forma regular” (Fonseca, 2020, p. 325)

Quando Bolsonaro ganhou as eleições a gente passou a ter uma outra compreensão de que não adianta somente sairmos às ruas, fazer uma denúncia das injustiças que estão acontecendo, fazendo a denúncia da retirada de direitos e do uso do nome de Deus pra isso, o próprio movimento contraditório que Bolsonaro faz quando ele se diz discípulo de Jesus, que foi um homem preso, torturado e morto pelo Estado, e, ao mesmo tempo, ele tem como livro de cabeceira, a biografia de um torturador... Então a gente faz a denúncia dessas contradições, mas entende que não basta só fazer essas denúncias e sair na rua. A gente gritou ‘não vai ter *impeachment*’ e teve. Gritou ‘Fora Temer’ e ele ficou. A gente disse ‘Ele não’ e foi ele sim. Então, a gente entende que precisa ocupar esses espaços onde se pensam as leis, onde se constrói a política de fato.

Nas eleições 2020, os CCF apoiaram 42 candidaturas, em um total de 60 nomes, já que várias eram coletivas. O apoio às candidaturas não foi previamente estruturado. Conforme as eleições foram se aproximando, líderes do movimento em diferentes cidades foram informando aos líderes nacionais sobre candidatas e candidatos evangélicos e católicos autoidentificados como progressistas. Em um primeiro momento, Tiago Santos e outros líderes do movimento entraram em contato com esses candidatos e candidatas para saberem de seus interesses em usarem as redes sociais do movimento para divulgarem e, assim, fortalecerem suas candidaturas. Após a divulgação de alguns nomes, outros candidatos e candidatas procuraram a organização dos CCF para integrarem sua bancada nas eleições 2020. O apoio dos CCF significava, portanto, a divulgação das candidaturas nas redes do movimento, a gravação de vídeos de apoio realizados por religiosos como o pastor Henrique Vieira, Sônia Guajajara, Cália Xakriabá, a reverenda Alexya Salvador e Marcos Kaigang, orientação de mídia a candidatos e candidatas com a finalidade de usarem suas redes próprias para divulgação mais eficiente de suas campanhas como impulsionamento de postagens no *Facebook*, além de orientação jurídica através do coletivo Advogados contra o Fascismo. Tiago Santos, analisando essa rede de apoio oferecida pelo CCF conclui: “Acho que a gente conseguiu fazer, inclusive, algo que os partidos de esquerda não conseguiram que foi esboçar uma ideia de frente

ampla, porque dentro do nosso movimento temos PT, PSOL, PC do B, PDT, Rede”. Dentre as candidaturas apoiadas, 2 foram eleitas (dentre elas, Duda Salabert, a vereadora mais votada de Belo Horizonte) e 13 ficaram em suplência (sendo quatro coletivas).

PROGRESSISTAS, POPULARES, DE ESQUERDA: CONTROVÉRSIAS SOBRE IDENTIDADE POLÍTICO- RELIGIOSA DE EVANGÉLICOS

Em ambos os grupos acima apresentados, assim como em vários outros de perfil semelhante observados por nós em pesquisa anterior (Vital da Cunha, Lopes e Lui, 2017), uma questão importante que lhes mobilizava era a afirmação de suas identidades e valores cristãos em suas próprias comunidades religiosas e no espaço público.

Em vista a esta questão, o surgimento do movimento Bancada Evangélica Popular levou-nos a outra questão: quais relações existem (se existem) entre o BEP e o MEP – Movimento Evangélico Progressista, surgido nos anos 1990? Ambos se apresentavam no espaço público como grupos de esquerda, cuja identidade religiosa passava pelo exercício da vida política orientada por uma leitura do Evangelho cujo amor, igualdade e paz eram centrais e em contraposição à atuação de evangélicos na política no Congresso Nacional em cada período (imediatamente no pós-redemocratização e outro, quase 30 anos depois). Talvez o mais interessante desta pergunta inicial tenha sido explorar as aproximações entre contextos, pautas e estratégias refletindo sobre continuidades e mudanças situadas.

Segundo Ariovaldo Ramos, em entrevista para a pesquisa, Robinson Cavalcanti, inicialmente, dá ensejo à formação do MCDC aproximando-se do PP, PSDB e uma gama de outros partidos de centro e defensores de um modelo democrático liberal. Logo se desilude com as legendas e políticos identificados por Ariovaldo como “de centro” e se aproxima de partidos de esquerda, principalmente do PT, apoiando a candidatura de Lula à presidência da República em 1989. O MEP surgiu nos anos 1990 organizado a partir

de dois fóruns realizados em 1991 e 1993. Em 1995 ocorreu seu primeiro encontro nacional e, durante o III CONMEP – Congresso Nacional do Movimento Evangélico Progressista, em 6 de julho de 1997, foi formalizado o Movimento Evangélico Progressista²². Com o livro "Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica" (2002), Robinson Cavalcanti tornou-se uma das principais referências para o que viria a ser conhecido como evangélicos de esquerda (Trabuco, 2016). O trabalho intelectual e de militância desempenhado por Cavalcanti, assim como por Paul Freston²³, outro intelectual evangélico de grande projeção, baseava-se na Teologia da Missão Integral²⁴. Os escândalos da venda de voto por parte de integrantes

²² O MEP formalmente continua existindo sob a coordenação do Cônego Daniel Barbosa, da Igreja Anglicana Ortodoxa do Brasil. (https://www.facebook.com/Movimento-Evang%C3%A9lico-Progressista-PE-980303712080925/?ref=page_internal. Acesso em: 20 de janeiro de 2021. 20 de janeiro de 2021).

²³ Além de livros e trabalhos acadêmicos, os textos por eles publicados na revista *Ultimato* foram fundamentais para o lugar de protagonismo que assumiram para a formação de evangélicos progressistas com a abertura política brasileira nos anos 1980.

²⁴ A Teologia da Missão Integral é inspiradora do trabalho de diferentes igrejas evangélicas no Brasil e em outros países da América Latina. Baseia-se em evangelismo que pregue a Palavra e ofereça assistência social, psicológica e espiritual a todos, com atenção especial aos mais necessitados socioeconomicamente. Disseminam a importância da prática restrita do amor de Deus tal como o fez Jesus Cristo em serviços. Em sinopse produzida no site da Revista *Ultimato* para o livro "O que é a Missão Integral?" (2009), de René Padilha é possível ler: "Em 'O Que é Missão Integral?', René Padilla mostra que a igreja que se compromete com a missão integral entende que seu propósito não é chegar a ser grande, rica ou politicamente influente, mas sim encarnar os valores do reino de Deus e manifestar o amor e a justiça, tanto em âmbito pessoal como em âmbito comunitário". (<http://www.ultimato.com.br/loja/produtos/o-que-e-missao-integral>. Acesso em 23 de julho de 2016). Robinson Carvalho, inspirado por essa teologia e em vista do oportunismo político de líderes evangélicos durante a Assembleia Constituinte no Brasil, compreendia a necessidade de se construir um pensamento comum que orientasse evangélicos de centro e esquerda. Neste sentido, reforçava o ideal que ensejou a formação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), em 1934, a saber, busca de unidade e identidade protestante no Brasil. Mesmo com esta iniciativa, segundo Navarro (1995) inúmeras tensões

da chamada Bancada Evangélica na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, noticiados pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Correio Braziliense*²⁵ foram tomados como propulsores da formação de inúmeros grupos contestadores da direita evangélica como o próprio MEP. Segundo Juliano Henrique Finelle, coordenador do MEP no período das eleições presidenciais de 2006:

Esse grupo [“Bancada Evangélica”] desenvolveu uma fama de fisiológica e conservadora, que foi fortalecida pelas denúncias do *Jornal do Brasil* em 7 de agosto de 1988. Onde se lia que: “Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios”. Entendendo que a crescente influência política da comunidade evangélica deveria ser muito diferente, vários evangélicos sentiram que havia chegado o momento de organizar mais a corrente minoritária.

Sendo assim, além de uma reflexão política e teológica, fazia parte da atuação desse e de outros grupos progressistas, a afirmação de uma identidade diversa dos políticos da chamada Bancada Evangélica, assim como da ecumênica (Trabuco, 2016, p. 520). Se antes do golpe militar de 1964 prevalecia a máxima “crente não se mete em tica” (Pierucci, 1989, p. 163), com o início da redemocratização na década de 1980, o mote “irmão vota em irmão” (Sylvestre, 1986) passaria a organizar cada vez mais o segmento

teológicas marcaram o universo protestante brasileiro nos anos 1950. Neste período surge a Aliança Bíblica Universitária do Brasil e Visão Mundial, por exemplo, mais afinadas a figurações democráticas, em defesa da igualdade e pela cidadania. O Golpe Militar, em 1964, e o posicionamento de vários líderes e denominações afinados com o poder ditatorial produziu uma cisão em várias igrejas e a formação posteriormente de grupos identificados com ideais de esquerda como o próprio MEP (1997), a Rede Fale (2002), entre tantos outros.

²⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/eunice-michilles>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021. de 2021.

evangélico, sobretudo os de “mentalidade empresarial” (Alves, 1979). A instrumentalização da política por grandes denominações produziu a seguinte indagação e indignação em Rubem Alves: “Comentando um instigante texto de Monteiro sobre Igrejas, seitas e agências, Alves (Vale, 1979, p. 111) perguntava: Estamos diante de um ‘fenômeno religioso’ ou de uma ‘espiritualização da economia?’” (Campos, 2008, p. 107). Nesse período, vários grupos para eclesiais católicos e também evangélicos se (re) organizaram para fazer frente a essa “mercantilização da fé” (Campos, 2008; Alves, 1979, Mendonça, 1997) sob uma identidade confrontadora daquela hegemônica na política e na mídia. Foi o caso do próprio MEP cujo nome expressaria os fundamentos da prática e pertencimento de seus integrantes. Segundo Juliano Henrique Finelli (2006): “Dessa necessidade nasceu o MEP que tem em cada palavra de seu nome um importante significado. Movimento, porque é uma associação informal e suprapartidária. Evangélico porque é conservador e ortodoxo na teologia, afirmando a autoridade bíblica e a importância da evangelização, conversão e oração. E Progressista, porque é comprometido com mudanças sociais”²⁶.

Um perfil dos evangélicos progressistas se desenha a partir de então. Para Robinson Cavalcanti, em “A utopia possível: em busca do cristianismo integral” (1993),

mais e mais jovens leigos e pastores estão aderindo a uma visão teológica holística, encarnada, comprometida com uma Missão Integral da Igreja, visando despertar os nossos valores e talentos para uma perspectiva de serviço. Esses irmãos competentes, no lugar de ficar confortavelmente lamentando a situação presente, poderão mudá-la, mudando a si mesmos. Indivíduos convertidos, agindo comunitariamente, poderão converter a cultura, a sociedade e o Estado (Cavalcanti, 1993, p. 149).

²⁶ Igreja Metodista, portal nacional. *Movimento evangélico na política*. Disponível em: . Acesso em 11 de janeiro de 2021. <https://www.metodista.org.br/movimento-evangelico-na-politica>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

Nas eleições 2020, as candidaturas evangélicas de esquerda vinculadas ao BEP e aos CCF eram, majoritariamente, de jovens, negros, com uma prevalência de mulheres. Mas este não perfaz, propriamente, o perfil do conjunto das candidaturas evangélicas de esquerda em termos nacionais, segundo dados do TSE. O total de 13.074 candidaturas se registraram com nome de urna que remete ao universo cristão. A maioria esmagadora é de evangélicos. Dentre estes, 2.086 concorreram por partidos como PT, PSOL, PSB, REDE, PDT, PCdoB, UP. Com base nestes dados gerados pelo cientista político Matheus Pestana²⁷, somente 80 candidaturas evangélicas em partidos de centro e esquerda eram de pessoas jovens de até 29 anos. O olhar para as candidaturas ligadas a coletivos como BEP e CCF já enviesam a observação. Isso porque se tratam de movimentos cuja liderança é de evangélicos jovens (que se apresentam como tal ou que estão na faixa etária determinada como juventude pela ONU²⁸), operando principalmente a partir de redes sociais²⁹ e levantando temáticas que não são necessariamente centrais entre candidaturas de evangélicos filiados a partidos de esquerda ou centro-esquerda como sexualidade e gênero. Vale destacar a respeito desses números que o total de candidaturas de evangélicos que militam politicamente a partir de suas identidades religiosas pode ser muito superior ao total apresentado de 13.074, visto que muitos não fazem seus registros apresentando títulos ou jargões religiosos. Entre as candidaturas de esquerda se observa menos

²⁷ No âmbito da pesquisa realizada pelo ISER em parceria com a Fundação Heinrich Boll e Fundação Ford, conforme apresentado em nota anterior neste artigo.

²⁸ Dos 18 aos 24 considerados jovens e dos 25 aos 29 anos são jovens-adultos.

²⁹ Vários destes poderiam ser considerados "webcrentes", segundo o cientista político, Igor Sabino (UFPE). (Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/webcrentes-quem-sao-os-jovens-evangelicos-que-movimentam-a-internet/>"<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/webcrentes-quem-sao-os-jovens-evangelicos-que-movimentam-a-internet/>. Acesso em: 05 de outubro de 2020).

ainda o uso da explicitação à vinculação religiosa como meio de fortalecer seu capital político³⁰. Isso não é à toa, como ainda veremos neste artigo.

Entre as candidaturas, que acompanhamos, ligadas ao BEP, CCF e outros coletivos de ativismo evangélico de esquerda, os candidatos e candidatas tinham, em sua maioria, até 35 anos de idade, sendo considerável o número daqueles com até 25 anos, vinculados a mais de um movimento relativo à questão fundiária no campo e na cidade, ecologia, racial e de gênero. Vários anunciavam o drama da desvinculação com suas igrejas e o posterior engajamento em comunidades evangélicas pequenas, muitas mantidas de modo bastante fluido e informal³¹. Um dos candidatos entrevistados disse: “A gente vai se descobrindo militante a partir do momento em que a gente vai discordando da igreja. A igreja foi me mostrando uma série de coisas que eu não gostava, que eu não concordava, que eu não achava justo. E o ambiente da igreja ficou hostil pra caramba pra mim. Foi quando eu descobri que existia um universo pra além da igreja, e aí a gente é catapultado pra militância”.

Em meio ao processo de cisão subjetiva, o apoio entre grupos que partilham da mesma perspectiva religiosa e social emerge como fundamental para a experiência de reintegração própria e à vida pública de modo a superar o conflito. Um dos candidatos entrevistados cuja família congregava desde a sua infância na Assembleia de Deus disse: “Todo evangélico que vem de

³⁰ Os dados produzidos por Érico Carvalho nos apresentam números mais precisos sobre essas candidaturas de evangélicos de esquerda, pois o recorte não é somente por nome de urna religioso. Nos limites deste artigo não poderemos explorar este material, mas em publicações futuras eles serão devidamente divulgados para contribuir com o debate público e acadêmico sobre o tema da esquerda evangélica nas eleições 2020.

³¹ Uma das entrevistadas destaca: “Curiosamente, todos esses dos movimentos evangélicos, o vínculo dessas pessoas que estão na luta com as suas igrejas locais é praticamente inexistente. Isso é algo que a gente também tem observado nessas candidaturas evangélicas. Esses candidatos, tirando dois ou três, eles não têm mais vínculo com igreja local”. A bibliografia recente aborda a questão da institucionalização e da produção de categorias como “desigrejados” (Novaes, 2020; Alencar, 2019; Santos e Martinez, 2020).

um meio fundamentalista e que se desperta pra uma fé mais progressista, passa por um momento de indignação, de revolta com as igrejas e tudo mais. A acho que é quase uma regra geral nesses casos. A Frente [de Evangélicos pelo Estado de Direito] foi um espaço muito importante pra eu perceber a possibilidade de ser evangélico e ser diferente, inclusive, de me ajudar a compreender a importância da gente se apropriar da nossa identidade enquanto evangélico e com pouco tempo a valorizar essa militância evangélica na realidade, essa militância evangélica progressista. A Frente me ajudou nesse processo. Nunca perdi minha identidade cristã, mas, por um tempo, deixei de me identificar como evangélico na tentativa de me dissociar desse campo majoritário”.

Ainda sobre o perfil de candidaturas que acompanhamos entre os entrevistados para a pesquisa, todos cresceram em berço evangélico e tinham uma atuação no movimento social, sendo 2013 um marco fundamental na medida em que se anunciava como momento de descoberta da militância política para os mais jovens. Segundo Jackson Augusto, do movimento Afrofrente e articulista do *The Intercept*, em live realizada por nossa pesquisa: “A experiência 2013 vem resultar agora em 2020. Então essa geração 2013 foi a geração que saiu do ensino médio, passou quatro anos dentro da Universidade e agora tá saindo e se colocou nesse processo de candidatura. Então o que a gente tá vivendo hoje no Brasil é o resultado de 2013. Eu vejo com bons olhos porque eu acho que a gente tá mais organizado. No campo da esquerda, no campo progressista evangélico, a maioria são jovens, estão dispostas a conversar, estão abertos ao diálogo. Então é um lugar muito potente por conta disso. E talvez a esquerda, o campo da esquerda, olhe também para esse momento como um momento crucial para a história do país”.

A “luta política”, segundo os entrevistados, não se desvincula de suas vidas, conformando, assim, “lutas diárias” contra a misoginia, racismo, pobreza, homofobia. Nesse cenário, a afirmação e busca de legitimidade de suas identidades como “progressistas”, “de esquerda” e evangélicos tornava-se estratégico política, social, religiosa e subjetivamente. Durante as entrevistas e no acompanhamento das candidaturas era possível acessar definições

sobre esta identidade progressista. Para Ariovaldo Ramos, por exemplo, expressando como a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito definiria um evangélico progressista diz: “você está contra a quebra do Estado de Direito? Você está contra o liberalismo? Você está contra este movimento escravista por trás do golpe de Estado que se formou?”. Se a resposta fosse positiva para todas as questões, seria um evangélico progressista. Para outros entrevistados, haveria uma redundância na afirmação do binômio evangélico progressista. Nesta chave, que inverte a percepção majoritária sobre os evangélicos no Brasil, os fundamentalistas é que deveriam se explicar, que deveriam formular justificativas bíblicas, políticas e sociais para seus posicionamentos. O progressismo seria o *modus operandi* de Jesus Cristo que combateu o *status quo*, que se contrapôs à tradição de sua época. Expressão deste argumento emerge na entrevista de Tiago Santos, coordenador do CCF: “Quando a gente se diz um seguidor de Jesus, e a gente precisa se dizer progressista, me parece redundante. Mas, ao mesmo tempo, é necessário porque a mensagem de Jesus Cristo é progressista no sentido de ser um contraponto ao conservador, à tradição e poder esboçar uma possibilidade de repensar a sociedade, de repensar estruturas que são postas. Então, para mim, ser progressista é isso, é estar em constante atualização, em constante reforma. Pode parecer redundante se dizer cristão e feminista, ser cristão e a favor dos Direitos Humanos, mas hoje é necessário porque existe quem se diga cristão e não defenda nada disso. Então, é uma questão narrativa importante”. Na mesma linha, Jonatas Arêdes argumenta: “Eu sou de esquerda, sou progressista e sou cristão. Eu acho que a gente vive num contexto que, por mais que seja redundante, na minha concepção, falar que eu sou evangélico e progressista, acho importante a gente delimitar. A gente colocar nossas identidades, porque a história do Brasil é fundada em três elementos principais: machismo, racismo e latifúndio”.

Por outro lado, entrevistados na pesquisa problematizaram a noção de progressismo. Uma das entrevistadas apresentou seu incômodo quanto ao uso vazio do termo, em sentido teológico. Em suas palavras: “Eu também não tenho visto uma construção teológica, eu tenho visto muita repetição desse

discurso progressista. Aí, a gente arruma como se fôssemos evangélicos legais, é sempre destacando que ‘olha, tem evangélico legal, eu sou um deles, olha, tem evangélico legal e nós somos esses evangélicos legais’. ‘A gente está aqui, a gente é evangélico também’. É só isso, sem nenhuma construção teológica. [...] Então, eu tenho visto mesmo esse apossar da identidade, todo mundo se apossando da identidade, como se isso fosse o ponto principal. E acho que a construção dessa teologia, dessa forma, ajudaria a gente se a gente tivesse com quem falar, né? Eu tenho desconfiado muito da nossa capacidade de falar com nossos irmãos, acho que esse tem sido o meu cansaço, né, meu cansaço da luta vem justamente disso. Eu digo: ‘Gente, tenham cuidado de não serem pautados pelas mídias sociais’”. Nesta perspectiva, a chamada identidade progressista seria mobilizada seja como forma de se pronunciar politicamente diante de uma agenda efervescente nas redes sociais, seja como um exercício de limpeza moral na medida em que, com este carimbo público, o evangélico seria visto como "legal". A crítica contida nessa chave estaria no vazio teológico da identidade evangélica progressista inviabilizando uma comunicação qualificada para dentro e para fora de suas comunidades religiosas. Em linha de continuidade com essa crítica, outra se apresenta sobre a desconsideração do caráter soteriológico da figura de Cristo entre progressistas. Assim, haveria uma acentuação da dimensão social e mesmo midiática no “Jesus da Mangueira” que esvaziaria a dimensão mística e salvacionista de Cristo. Para uma das entrevistadas, refletindo através do testemunho de um profissional carioca da área de beleza feminina: “Aí ele tem um encontro com esse Cristo que o resgata da realidade dele. Então, hoje, ele é um profissional bem-sucedido e essa figura do Cristo é fundamental pra ele. E eu não estou desmerecendo a figura do Cristo, porque religião é experiência pessoal. Eu não posso invalidar a experiência pessoal do cara. Se eu não incorporar esses elementos desse Jesus que essas pessoas encontram com esse ‘Jesus da Mangueira’, que é o que essa galera está trabalhando na sua identidade eu não vou conseguir ficar com ele se eu desprezo esse elemento do Jesus que transformou a realidade dele. Eu posso olhar pra a

realidade dele e ver uma outra coisa, mas o que ele viu foi um garoto salvo. Ele viu os amigos dele serem mortos pelo tráfico, ele morava lá no Antares, em Santa Cruz, ganhou uma maquininha de cabelo da mãe, cobrava 20 centavos cada amigo para cortar o cabelo e explodiu. Então, a minha crítica a essa imagem de Jesus que os Cristãos Contra o Fascismo usam, que é o mesmo ‘Jesus da Mangueira’, é que falta esse elemento, desse Jesus, essa fé transformadora”.

Na perspectiva crítica do cientista político Joanildo Burity, apresentada durante sua participação em *live* organizada pelo ISER, o termo progressista tem limites pelo vazio ideológico que representaria emergindo como um código que estabelece uma comunicação entre grupos, mas com uma fluidez que adviria da não definição propriamente de seu conteúdo político. Sobre isso ele diz:

[...] Isso chama atenção para a gente que fala em progressista no Brasil. É um termo com o qual eu tenho muita dificuldade. Eu até uso às vezes por absoluta falta de opção, mas não diz muita coisa sobre o perfil político ideológico desses grupos ou pessoas. Esquerda evangélica que já não é mais só esquerda evangelical. Ela é uma esquerda evangélica no sentido bem mais amplo, bem mais ecumênico, inclusive do que a gente poderia imaginar há cinco anos atrás. A gente vê no *Facebook* mais ou menos uma dezena de coletivos Cristãos de Esquerda, Evangélicos de Esquerda, Cristãos Contra o Fascismo, Frente Evangélica Pelo Estado de Direito, Evangélicos Pela Justiça, Movimento Evangélico Progressista, Movimento Negro Evangélico, Evangélicos Pela Diversidade. Esses grupos de fato podem trazer para a gente a expectativa de que haja novas vozes.

Ambas as críticas encontram eco na percepção de um dos entrevistados sobre o significado que o termo progressista teria no “senso comum” evangélico: “Então, percebo que essa bandeira progressista, ela tem se traduzido no seguinte, ‘crente que é a favor de gay’, esse é a pecha popularzona”.

Uma outra camada de interpretação anuncia uma distinção entre esquerda e progressismo, acentuando algumas dimensões já destacadas em

outras entrevistas e mesmo na bibliografia especializada. Conforme um dos candidatos do Coletivo Plural: “Eu trabalho com a distinção também dos termos esquerda e progressista. Esquerda pra mim está relacionado ao aspecto econômico, a uma política expansionista, à distribuição de renda, à justiça social e eu defendo isso. Já o progressista é exatamente a contramão do conservadorismo. Então, nós queremos a igualdade de gênero, dignidade pro povo preto, dignidade para os LGBT’s, reparação histórica para os nossos povos originários, para os indígenas, quilombolas... Eu acho muito importante trazer essas identidades e nosso partido, a UP, é um partido de esquerda numa perspectiva revolucionária”. Na mesma linha, outra entrevistada vaticina: “Para mim, o que está pegando muito nessa noção de progressista, é... eu tenho preferido usar o termo de esquerda do que progressista. Parece que ser progressista é comprar um pacote completo, inclusive de pautas e eu não sou contra pautas identitárias, mas é como se, nesse momento, ser progressista significa só olhar a partir das pautas identitárias, não sei se isso faz sentido, mas isso tem sido um problemão para nós que estamos há muito tempo na luta dentro desse segmento. Isso está fazendo uma bela confusão. Então, tem me incomodado muito a terminologia progressista, parece que tudo foi jogado aí dentro e se a gente não compra todo o pacote, começam a dizer que nós já não somos mais desse campo”

Deste modo, o uso do termo “Popular” pelo BEP se mostrou estratégico, como vimos na declaração de Samuel Oliveira acima, mas não os isentou de acusações feitas por evangélicos e não evangélicos durante a campanha.

ACUSAÇÕES AOS EVANGÉLICOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES 2020

No dia 31 de julho de 2020 foi publicada a seguinte matéria na Folha Universal: “O que está por trás da Bancada Evangélica Popular: Grupo

de esquerda deseja criar uma bancada socialista voltada para cristãos”³². A abertura da matéria destacava o caráter (supostamente) enganoso do BEP ao escreverem: “Em uma leitura superficial, a mensagem do grupo parece evocar valores coerentes. Entretanto, primeiramente, é preciso compreender o contexto em que a tal bancada está inserida”. O tópico seguinte anuncia “A ‘esquerda’ na prática”, dando continuidade ao tom mentira x verdade. Na chave argumentativa, o ideal de esquerda seria libertário, mas, na prática, dizem na matéria, seria restritivo das liberdades individuais, inclusive, com perseguição aos cristãos. No parágrafo seguinte, informavam o ideário socialista e comunista baseados nos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, salientando que o primeiro tinha forte oposição às religiões dizendo que elas seriam “o ópio do povo”. Seguem no texto afirmando: “Na verdade, o ópio — que provoca adormecimento, embrutecimento moral — para o povo é ter gente com essas ideias governando algum país. Os brasileiros sentiram na pele, por 13 anos, que, entre outras mazelas, foram assaltados pela maior rede de corrupção instalada de que já se teve notícia”. Prosseguem fazendo referência ao regime comunista russo e cubano enfatizando a restrição das liberdades individuais e da propriedade privada.

Uma segunda matéria sobre o movimento foi veiculada em 27 de setembro de 2020 pela Folha Universal: “Bancada evangélica de esquerda? Trata-se de um grupo de pré-candidatos a vereador. Entenda por que esta onda não se sustenta”³³. Na introdução novamente afirmavam a incongruência entre a identidade evangélica e de esquerda. Diziam: “Cristão de esquerda? Esse é um tipo de movimento que surge para tentar deturpar a Palavra de Deus. Há duas razões para justificar o fato de um cristão ser de esquerda: ou ele não entende o que é ser esquerda ou não sabe o que é ser

³² UNIVERSAL. *O que está por trás da Bancada Evangélica Popular*. Disponível em: . Acesso em 31 de julho de 2020. <https://www.universal.org/noticias/post/bancada-evangelica-popular/>. Acesso em: 31 de julho de 2020.

³³ UNIVERSAL. *Bancada evangélica de esquerda?* Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/bancada-evangelica-de-esquerda/>. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

cristão”. A matéria prossegue afirmando que gerar desunião entre os evangélicos e distorcer a Bíblia eram objetivos do BEP. Conforme lemos: “Outro sinal de que a ‘bancada evangélica de esquerda’ não faz o menor sentido é a desunião que já está enraizada no movimento desde seu início. [...] Afinal, como podem alguns cristãos, que deveriam ser irmãos em Jesus, lutar contra outros cristãos?”, em reação ao discurso do BEP, se apresentando como uma contraposição à Frente Parlamentar Evangélica e seu modo de fazer política. Citam passagens do livro de Mateus e Coríntios para embasar a importância da união e da paz entre as pessoas. Concluem a matéria chamando a atenção dos evangélicos para não se deixarem enganar: “É preciso ficar atento aos movimentos que possuem ‘discursos bonitos’ e populistas, além de conhecer a origem deles e a fé que professam. Dessa forma, você conseguirá identificar as farsas que surgem por aí”.

Em recentes trabalhos, acompanhamos o crescimento da vinculação entre igrejas evangélicas e grandes empresas contribuindo na valorização e expansão do capital (Côrtes, 2018; Arenari, 2016; Cunha, 2002; Smilde, 2007; entre outros). Paralelo a isso, outros estudos vão recompondo o histórico antagonismo de evangélicos no Brasil em relação à esquerda a partir de pânicos em torno do comunismo (Baptista, 2007; Chesnut, 1997; Lacerda, 2019). Lacerda (2019) argumenta que o discurso anticomunista evangélico nos EUA se consolida durante a Guerra Fria, sendo baseado na ideologia moral de livre mercado e na visão de que o capitalismo seria um projeto divino. No Brasil, Lacerda (2019) identifica que foi em 2014 que as “acusações de comunismo” passaram a ganhar força entre os evangélicos conservadores em relação aos seus antagonistas. Analisando os votos desses parlamentares, a autora sinaliza que dos 13 deputados evangélicos mais ativos, desde 2013, em defesa da família patriarcal, 12 deles se manifestaram contra alguma expressão do socialismo do século XXI, seja contra o bolivarianismo, seja contra os exemplos de Cuba, Bolívia e Venezuela. Os argumentos são variados: às vezes em nome do cristianismo, às vezes por razões econômicas, às vezes porque o bolivarianismo (assim como o petismo) seria, em si, um mal (Lacerda, 2019, p. 146-156). Nas eleições presidenciais de 1989, líderes

evangélicos exploravam medos para angariarem votos para o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), em contraposição a Luiz Ignacio Lula da Silva (PT). Os medos eram em relação à perseguição às religiões pelos comunistas. Por outro lado, afirmavam uma aliança comunista católica que deveria ser derrotada (Mariano e Pierucci, 1992, p. 92).

Estes e outros posicionamentos de evangélicos na política, geraram a percepção de que “os evangélicos são naturalmente antipetistas”, como lembrou em recente reportagem Alexandre Brasil Fonseca³⁴. Sua perspectiva crítica argumenta:

Não há um antipetismo evangélico natural. O que há é um forte e significativo investimento de setores junto a esse grupo, há vários anos, visando minar este segmento em relação a qualquer posição à esquerda. Isso não é uma realidade nova e é parte importante da história norte-americana, por exemplo. [...] Certamente há um segmento evangélico no Brasil que é antipetista, como há em outros recortes. No caso evangélico são esses segmentos médios, com escolaridade média e superior, branco e com renda entre 2 e 5 salários-mínimos. Nesse segmento, mais batista e presbiteriano, o não-voto no PT acontece desde sempre. As resistências desse segmento da população são bem visíveis e são as mesmas encontradas em setores com o mesmo perfil entre os espíritas e católicos.

A Igreja Universal do Reino de Deus, certamente, no caso das eleições 2020, se somava a outras denominações evangélicas de grande projeção midiática na produção de desinformação acentuando sentimentos anti-comunistas, antipetistas e medos sobre o florescer de grupos de esquerda evangélicos na política. Neste sentido, lia-se na primeira matéria, divulgada em 31 de julho de 2020, na Folha Universal: “Vale observar que a ideia, aqui, não é defender a ‘direita política’, apesar de esta ser mais coerente

³⁴ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *O PT e o voto evangélico*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603854-o-pt-e-o-voto-evangelico>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

com a necessidade das pessoas. Mas, para os cristãos, a Palavra de Deus está acima das ideologias humanas. Ela é a diretriz, o vetor, que aponta para o caminho certo”. Concluem chamando os leitores a assistirem ao programa Entrelinhas, veiculado em 07 de junho de 2020³⁵, no qual lançavam a seguinte pergunta: “Pode um cristão ser de esquerda?”.

Em resposta à matéria veiculada na Folha Universal, o BEP divulgou uma nota de repúdio via *Facebook*, no dia 04 de outubro de 2020. Dois dias depois, realizaram uma *live* com a participação de Samuel Oliveira, do advogado Will Carvalho, e do pastor batista Zé Barbosa Jr com transmissão pela página do movimento no *Facebook*. Em nota o BEP afirma o compromisso com a justiça social, a defesa da saúde e educação públicas de qualidade e o combate à pobreza, contrariamente ao que estaria fazendo a Frente Parlamentar Evangélica. Nela é possível ler: “Viemos a público reiterar que as mentiras não nos calarão! Tudo o que fazemos está debaixo da luz, não nos corredores de igrejas ou gabinetes de líderes como a bancada evangélica faz. Nosso modo de agir tem em Jesus o seu referencial ético”. Finalizam convidando ao “bom combate”: “Convidamos a todas e todos irmãos a conhecerem nosso movimento, e junto conosco, à luz da Palavra, servirmos a nossa nação na luta por justiça social com o Evangelho nos ensina! Graça e paz!”.

Mas as acusações e desinformações sobre os evangélicos de esquerda nas eleições 2020 não se resumiram a estas matérias veiculadas na Folha Universal. Em vídeo divulgado pelo *Twitter* em 16 de outubro de 2020 sob o título “ALERTA IMPORTANTÍSSIMO! Atenção, evangélicos e cristãos em geral. Assista e compartilhe!”, o fundador da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, nomeou todos os partidos que estariam enganando os cristãos brasileiros dizendo: “Há 4 anos os partidos de esquerda PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL estão contra nossos valores e

³⁵FACEBOOK. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=276401770221649&ref=watch_permalink. Acesso em: 31 de julho de 2020. 31 de julho de 2020.

nas eleições vêm com um ‘sambare love’, uma lábria miserável para tentar nos enganar”. Prossegue alertando: “Você não pode dar seu voto para esses camaradas”, pois todos os candidatos desses partidos votaram no Congresso Nacional em favor da “ideologia de gênero”. Para Malafaia, a “ideologia de gênero” seria fruto “do marxismo cultural, contra valores judaico cristãos que fundamentam nossa sociedade” cujo objetivo seria ensinar nas escolas que ninguém nasce menino ou menina.

Marcelo Crivella, candidato à reeleição para a prefeitura do Rio de Janeiro pelo partido Republicanos, lançou em sua página do Facebook uma orientação para o voto distinguindo esquerda e direita nas eleições. A publicação é intitulada: “Tá na dúvida? Entenda o que diferencia ESQUERDA E DIREITA”. Inicia fazendo uma apresentação do conservadorismo destacando seu caráter valoroso e seus preceitos como “normais”, “naturais”: “Olha, existem diversas definições para o conservadorismo, eu prefiro a que enxerga o conservadorismo, não como ideologia, mas como um modelo de sociedade onde: 1. A família é protegida e valorizada, desde o início; 2. O cidadão é livre para exercer sua fé, expressar seus pensamentos e ideais; 3. O cidadão é livre pra empreender e prosperar com o fruto dos seus empreendimentos; 4. O governo tem o papel de servir o cidadão e não de controlá-lo; 5. Existem eleições periódicas com foco na alternância de poder, para garantir que o poder seja compartilhado e não concentrado”.

Enquanto a direita e os conservadores são apresentados por Crivella como os alicerces da sociedade, aqueles que constroem a vida pública, os de esquerda emergem como ameaçadores da vida social. Conforme lia-se no texto: “Aí vêm os esquerdistas ocidentais, que prosperaram graças aos princípios conservadores, falando em destruir a família patriarcal, fazer controle social e impor à força todas as suas vontades. Mesmo com fracasso comprovado do socialismo e do comunismo no mundo todo. [...] Enquanto o conservadorismo quer fortalecer o indivíduo e as bases da sociedade, para que o povo seja mais forte que o estado, o esquerdismo quer enfraquecer a sociedade, fragmentando e dividindo o povo, para fortalecer o estado e se manter indefinidamente no poder. Quando a gente explica isso com clareza

pro cidadão de bem, ele entende o risco que está correndo quando vota em um representante do esquerdismo, do progressismo ou da velha política fisiologia, já que todos eles querem um estado controlador e um cidadão amedrontado e submisso”.

O Deputado Federal, pastor Marcos Feliciano (PROS-SP), publicou em seu Twitter, em 08 de outubro de 2020, a seguinte mensagem: “O cristão que tem consciência, não dá o seu voto em ninguém que é do PT, PCdoB, PSOL. [...] PT tá com tanta vergonha de ser petista que eles tiraram a cor vermelha. Não estão mais usando a cor vermelha porque ela fala do comunismo. Nessas eleições vamos dar o troco. Eu convoco a igreja, os cristãos católicos e evangélicos, os homens e mulheres ateus que são de bem para que não deem o seu voto a esses esquerdopatas. Está em suas mãos mudar esse país”³⁶.

Além das estratégias denominacionais e dos interesses político partidários de vários desses líderes evangélicos conservadores, eles buscam afirmar uma identidade evangélica que venha a se consolidar de modo hegemônico (Burity e Giumbelli, 2020). Um dos entrevistados em nossa pesquisa fala sobre este ponto: “Eles aparecem no rádio dando esses discursos. Então, eu entendo que a impressão que a sociedade tem, de forma geral, é que quem não é cristão, daquela forma, é menos cristão ou não é um cristão de verdade. Esse é o discurso que eles tentam colar. Quem não pensa daquela forma não é cristão de verdade, é um falso cristão. Então, a gente entende que a gente precisa ocupar esses espaços e apresentar para a sociedade que existe um outro discurso, que essas pessoas não estão discursando sozinhas. Existe o contraponto, existe o contraditório, existe outra forma de pensar, ver a fé, exercer a fé, inclusive, então a gente entendeu que precisava disputar esses espaços políticos”. O candidato Fábio Diniz, um dos integrantes da candidatura coletiva Nós Por Nós (PSOL), em Belo Horizonte, nessa mesma perspectiva, afirmou: “O grande desafio [nesse diálogo] é quebrar o

³⁶ TWITTER. Disponível em: <https://twitter.com/marcofeliciano/status/1314255134503960577?s=20>. Acesso em: 10 de outubro de 2020. 10 de outubro de 2020.

preconceito e entender que progressista não é aquela pessoa que nega a fé, nega os preceitos da Bíblia, da fé cristã. Jesus foi progressista. Ele mostrou um novo evangelho, um novo olhar, uma forma nova de fazer, de ver, de amar, de praticar”³⁷.

A percepção social dessa identidade evangélica conservadora como hegemônica, somada a noções ocidentais modernas quanto ao lugar privado da religião, proporcionou reiteradas dificuldades para a apresentação das candidaturas de evangélicos de esquerda entre a esquerda secular. Um caso emblemático foi a postagem realizada pelo Mídia Ninja, em 18 de outubro de 2020, em sua página no *Instagram*. Na chamada lia-se: “Candidates Evangélicos progressistas para conhecer e votar”. Em cada *card* anunciavam uma candidatura dando nome(s) e cidade correspondentes. Várias das candidaturas que acompanhávamos apareceram nesta divulgação como Samuel Oliveira, Vinicius Lima, Reverenda Alexya, Simony dos Anjos, Sólon Rubem. As reações à publicação foram imediatas e acusatórias. A afirmação da necessária separação entre religião e política era predominante e assumia ora tons mais republicanos, ora nem tanto. Abaixo alguns comentários dos internautas:

“Não se mistura política e religião. Já não basta o caos que estamos vivendo???? PQP”

“Não se mistura política com religião, mas se for progressista pode! Coerência mandou lembrança”.

“Evangélico progressista, eu nunca ri tanto”

“E o Estado Laico!?”

“Quem usa religião para se apoiar é o Bolsonaro, gente.”

“A gente já ta vendo a merda que deu, não bastou não?”

³⁷ BRASIL DE FATO. *Conheça as pré-candidaturas evangélicas que desafiam o conservadorismo cristão em MG*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/15/conheca-as-pre-candidaturas-evangelicas-que-desafiam-o-conservadorismo-cristao-em-bh>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

“Se a pessoa quer ser evangélica, muçulmana, candomblecista, entre outros, fique a vontade na sua casa, no seu local de prática religiosa, no convívio com seus amigos, não na política. O problema já começa em escolher um candidato por sua religião”

“Podem ser progressistas trilhões de vezes, mas evangélicos juntos? Não dá, né? Vamos dividir a coisa direito”.

“Apaga”

“Nem fudendo”

“O político que usa o nome de Deus pra se eleger meu voto não tem”.

“Não entendi o post, não se mistura religião e política! Não esperava isso dessa página”

“vcs tão de sacanagem n é possível”

“Desculpas falar isso... Mas não existe evangélico progressista.”

“Religião e política não deveriam se misturar. Por isso o Brasil virou essa coisa horrível, engessada e conservadora. Cada um pode ter sua religião mas não precisa usar isso como bandeira”.

“Cruz credo ! Morro de medo de crentes ! (*emoji de nojo*)”

Nestes comentários, observamos uma tentativa de chamada à reflexão sobre o que parecia uma incoerência da esquerda secular ao anunciar candidaturas de religiosos que mobilizam suas identidades na disputa ou um oportunismo seja do Mídia Ninja (o que produziu uma decepção em parte dos internautas que afirmavam jocosamente que eles teriam virado o Quebrando o Tabu) ou dos próprios candidatos e candidatas. Em ambos os casos, a afirmação do Estado Laico e uma identificação de males presentes na política institucional brasileira com o crescimento da presença evangélica eram recorrentes. Em linha de continuidade, nos comentários observamos também uma descrença, uma desconfiança em relação à identidade evangélica progressista. Como se fosse incompatível, uma tentativa ardilosa de encobrir lobos sob peles de cordeiros. Por outro lado, em menor número,

comentários foram feitos em defesa das candidaturas evangélicas progressistas argumentando que as participações históricas de religiosos na política garantiram a conquista de muitos direitos seja no âmbito da independência de países em relação às colônias, seja de conquistas de reconhecimento de minorias em seus próprios países. Seguem abaixo alguns deles:

“Galera, eu entendo vocês. Eu também não quero mais cristãos na política se eles forem iguais aos mais conhecidos que já estão lá. Mas não estigmatizem os evangélicos. Se o pastor Martim Luther King não tivesse partido de seus púlpitos para a militância política, não sei o que seria da luta pelos direitos civis. Poderia citar Gandhi, Wilberforce, Desmond Tutu, Jayme Wright e tantos outros religiosos que fizeram a diferença na política... Tá na hora de gente sincera e decente falar em nome da igreja a partir do parlamento”.

“Achar que evangélico é só Silas Malafaia, Damares e afins é um erro estratégico que tem custado caro para nós, da esquerda. Evangélico também é povo trabalhador e explorado. Também é LGBT, feminista, antirracista e antifascista. O cenário é muito mais complexo do que essa polarização simplista - e a extrema direita já entendeu isso há muito tempo!”

“É muito decepcionante ver os comentários deste post. É assim que nos diferenciamos dos Bolsonaroistas? Discriminando quem pensa diferente?? Está muito claro que o objetivo dessas candidaturas é mostrar que nem todos os evangélicos são de direita. Aí, o que alguns esquerdistas fazem? Detonam os evangélicos de esquerda! É inacreditável isso... Depois não entendem como Bolsonaro chegou ao poder. Enfim, eu decidi apoiar o projeto, no RJ vou de @solonrubem13 (13.100) e @instadabene!!”

“Eu entendo o ponto da maioria em dizer "não se mistura política com religião", mas o que vocês esperam, votar em candidatos ateus?? ser evangélico é só parte de quem eles são, e não o projeto de governo (creio eu)”

Coloco dois pontos em destaque nesses comentários: o primeiro é a sinalização da contribuição histórica de militantes religiosos para a consolidação da democracia, o segundo a distinção que produziram entre candidatura de

religiosos e uma candidatura com projeto religioso, essa última sendo, em todos os casos, alvo de críticas por violarem o Estado Laico. Explorando estes e outros argumentos, alguns candidatos evangélicos apresentados nos *cards* se pronunciaram recebendo um tímido apoio por parte dos internautas. Samuel Oliveira, articulador do BEP disse, acentuando seu compromisso com um mandato popular:

“Os evangélicos não podem ter como única alternativa política esses candidatos e candidatas que há anos vem ocupando a política para sustentar uma estrutura de poder neoliberal em sua empreitada de privilégios para a classe dominante. O povo evangélico, assim como toda a sociedade, precisa ter alternativas que representem um projeto popular e que também possam partilhar da identidade de fé. Nós, como contraponto à Bancada Evangélica (tradicional) ou Bancada da Bíblia instalada em todas as instâncias políticas, não que queremos ser eleitos e eleitas por sermos evangélicos. Isso é apenas uma identidade que mantemos, assim como diversas outras em outros seguimentos e questões, que aproximam as candidaturas de seus eleitores. Isso é normal, é importante, pois faz com que o voto não seja algo superficial, mas representativo. Só o que não dá é para os evangélicos continuarem tendo como única alternativa quem busca o poder, contrariando o próprio evangelho que defende o povo oprimido e a justiça social, e nós, seremos essa alternativa até então inexistente! Valeu @midianinja (*emoji* de coração vermelho)”

Willian Siri, candidato à vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, uma das poucas candidaturas de esquerda evangélica acompanhadas que saiu vitoriosa nas eleições 2020, usou a controvérsia para se expressar e captar atenção. Iniciou seu comentário com um tom compreensivo em relação à desconfiança, apresentada sobre os nomes evangélicos ali anunciados, e afirmou a laicidade do Estado, convidando os internautas para uma conversa.

“Eu entendo todas as críticas e preocupações expostas aqui. Não é pra menos. Quando a gente ouve falar nos políticos evangélicos, lembra logo dos líderes religiosos que enriquecem às custas da fé das pessoas ou da bancada da bíblia.

Mas esses não me representam! Igreja e Estado não se misturam mesmo! Por isso, sempre fiz oposição ao Prefeito Crivella e ao abuso do poder político para favorecer igrejas. Também ajudei a criar o Movimento Inter-religioso da Zona Oeste (Mirzo) e tenho lutado pela liberdade religiosa e em defesa do Estado Laico. Entre os evangélicos existem muitas denominações e visões de mundo. Tem muita gente por aí que vive o Evangelho a partir do amor e da defesa dos direitos humanos. Ser cristão nos move a lutar contra toda forma de opressão. Quase 90% dos brasileiros são cristãos! Muitas vezes, as igrejas ocupam espaços nas periferias onde o Estado é ausente ou só aparece para reprimir. Não dá para colocar toda essa gente, batalhadora e honesta, no mesmo saco que uns poucos charlatões. Não dá para falar em mudança social, popular, de verdade, sem considerar esse povo de fé. A gente pode discordar e ter crenças diferentes, mas temos o mesmo objetivo: construir uma cidade menos desigual e mais tolerante. Se alguém quiser debater ou trocar ideias sobre o assunto, estou à disposição :)"

Jonatas Arêdes disse, sucintamente:

“Apesar dos *haters* de esquerda, a gente segue sendo crente, coerente, nas lutas populares e pela liberdade religiosa de todas as expressões de fé (*emoji* de coração vermelho) Jonatas Aredes”.

Alguns comentários, ainda que residuais, criticavam a postura fechada ao diálogo da esquerda secular ou progressista, como chamados por alguns internautas:

“Impressionante como os comentários aqui só mostram como a galera progressista também é bem preconceituosa” [e, ainda,] “(nome do internauta) preconceituoso! Você votará somente em ateus? Em um país extremamente religioso como o Brasil? Nenhum dos candidatos mostrados aqui usam a religião como palanque político. Eles apenas se apresentam como são. Dizer que não se vota em religioso no Brasil é de um absurdo sem tamanho.... praticamente não existe candidato que não seja. Você não gosta dos evangélicos, admita”.

Nestes vários relatos e situações, os jogos em torno da revelação das identidades mostram potências e limitações contextuais. Se, por um lado, apresentar-se como evangélico progressista ou de esquerda é uma via de limpeza moral propagada pelas mídias alternativa e convencional, também dificulta o diálogo interno ao segmento religioso e entre militantes de esquerda. A despeito das controvérsias que se anunciaram, indubitavelmente, observamos nas eleições 2020 uma estratégia político partidária em candidaturas evangélicas. Partidos como PSOL e PT, mas também os menos estruturados como o UP, fizeram significativos investimentos nessa direção. Uma estratégia delicada porque se realiza na interface entre campos revelando conflitos de ordem econômica, moral e política.

Além da afirmação da identidade progressista, de esquerda ou popular, as apresentações estratégicas de si como mulheres, negros e negras teve grande espaço nas campanhas dos candidatos e candidatas que acompanhamos nas eleições 2020.

A PAUTA RACIAL ENTRE EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES 2020

Em 1985 o ISER lançou uma edição especial do periódico Comunicações do ISER sob o título “O Negro Evangélico” (Novaes e Floriano, 1985). Esta publicação apresentou alguns resultados do projeto “Relações Raciais no Protestantismo Brasileiro”, coordenado por Joaquim Beato e Antônio Olympio de Santana, com a colaboração de Rubem César Fernandes. Seu objetivo era “observar como se processam as relações entre brancos e negros e os mecanismos discriminatórios existentes nas igrejas protestantes” (Novaes e Floriano, 1985, p. 05). As denominações investigadas foram: Batista, Metodista, Episcopal, Congregacional e Presbiteriana localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. À época, abundavam estudos sobre a questão racial e as religiões de matriz afro-brasileiras, mas, como argumentam as próprias autoras do volume, entre evangélicos a literatura acadêmica era omissa. Embora algumas nuances sejam destacadas pelas autoras em relação

ao tratamento da negritude em cada uma das denominações estudadas, vou me concentrar aqui na apresentação de alguns pontos em comum na tentativa de construir um breve histórico de como o debate chega ao meio evangélico brasileiro e como se pronunciou nas eleições municipais de 2020. Não tenho a pretensão de esgotar o debate sobre as origens do movimento negro evangélico, mas, antes, apresentar algumas discussões que animaram o debate público e religioso sobre o tema no passado, refletindo sobre as linhas de continuidade com o presente em uma situação específica que diz respeito à disputa eleitoral. Não se trata, assim, de uma consideração em profundidade sobre a questão racial entre evangélicos no Brasil, a difusão de uma teologia negra contemporânea, mas sobre a emergência situada desta questão no pleito.

A DEMOCRACIA RACIAL PROTESTANTE

Alguns trabalhos apontam para a maior participação de negros e negras em postos de destaque nas igrejas evangélicas, sinalizando para uma situação mais favorável a eles nestas igrejas comparativamente ao que se apresentaria na Igreja Católica (Burdick, 2002; Reina, 2017). A pesquisa realizada pelo ISER reforça a ideia de que mulatos (como chamados à época na publicação) e negros são mais integrados à comunidade religiosa protestante e nela ascendem mais. Destacavam, assim, que o protestantismo missionário de origem norte-americana, não reproduziu aqui algumas das estruturas comunitárias locais, como a divisão de igrejas de negros e de brancos e a justificação da escravidão³⁸. No entanto, durante a pesquisa realizada em 1985, havia um constrangimento quanto à abordagem da cor nas igrejas. Os entrevistadores se sentiam fazendo algo “sigiloso”, “condenável”, pois, ao

³⁸ Esta, mais incidente entre os protestantes sulistas que “eram ortodoxos intérpretes das Escrituras Sagradas - 'fundamentalistas', nos termos hodiernos. A escravidão era tida como uma instituição ordenada por Deus. O negro era um descendente de Caim, amaldiçoado por Deus para sempre. O servo do servo de seus irmãos” (Novaes e Floriano, 1985, p. 09).

perguntarem sobre pessoas negras nas igrejas, os entrevistados, ao indicarem alguém, pediam para não serem identificados. A minoria dos entrevistados na pesquisa afirmava a ocorrência de discriminação racial em suas igrejas. Eram perguntados, então, sobre a razão para existirem tão poucos negros em suas comunidades. Alguns eram muito diretos em suas respostas. Foi o caso de um pastor da IPUB ao afirmar que a Igreja Presbiteriana era uma “igreja antipovo, antinegro” (Novaes e Floriano, 1985, p. 18). Outros articulavam argumentos discriminatórios justificando a presença diminuta de negros na igreja como sendo desinteresse pela disciplina e pelo estudo bíblico. Neste sentido, seriam mais adaptados aos cultos da Assembleia de Deus e outras pentecostais que se aproximavam de rituais mágicos e de feitiçaria. Nas palavras de uma entrevistada negra, membra da IPL: “Há menos pretos aqui, infelizmente, como em toda igreja. Porque preto não gosta do evangelho: gosta de samba, feitiçaria. Na Assembleia de Deus tem mais preto porque lá é mais puxado para o espiritismo. A pessoa que sai do espiritismo vai para lá.” (Novaes e Floriano, 1985, p. 18).

Um líder negro da ICC-RJ afirma a discriminação racial travestida de meritocracia ao destacar que acessam os melhores postos quem tem melhor formação. Como o negro geralmente não tem condições de tê-la, acaba recebendo um salário inferior ao pastor branco e ficando em lugares tidos como piores. Em suas palavras: “Na Igreja Presbiteriana do Brasil, se é pobre, não galga determinados cargos. Há uma discriminação até de cursos. Eles propunham que quem não tivesse cursos recebesse menos como pastor, ficasse só como auxiliar e os piores lugares eram escolhidos para estes. Por ser negro sempre há discriminação mas não muito ostensivamente. Para os cargos, querem sempre o mais falante, o mais capacitado e aí o pobre do negro está sempre levando na capacidade dele”.

Embora alguns membros e líderes explicitem o racismo na estrutura eclesiástica, resultante de um racismo que perfaz a sociedade mais ampla, a maioria nega. Para uns, o racismo seria uma invenção, como podemos ver na declaração de um pastor da IPB para a pesquisa em 1985: “Racismo no Brasil não há. Isto é mais invenção de um certo grupo de intelectuais”.

Outros negam o racismo destacando a questão da classe social (diferença de classe que se revela em termos econômicos, de formação e comportamentais) e meritocrática, uma ligada umbilicalmente à outra. Neste sentido, uma das entrevistadas narra um caso na escola dominical. Crianças negras e pobres estavam juntas nas atividades dominicais matinais enquanto seus pais assistiam ao culto, situação corriqueira nas igrejas daquele momento e até na atualidade. A entrevistada, que negava haver racismo na igreja, disse que os pais brancos deixaram de mandar suas crianças para estarem com as outras pobres e pretas porque essas não tinham um nível educacional bom, falavam alto, xingavam e faziam bagunça. A entrevistada salienta que ninguém forçou as crianças negras a saírem. Emergiu um impasse, um constrangimento que fora resolvido quando as crianças mais pobres deixaram de ir aos encontros dominicais possibilitando, dessa forma, o retorno das crianças “normais”³⁹ àquele ambiente. Reforçando este argumento, que a questão não era racial e sim de classe e comportamental, outros entrevistados disseram que a “postura” é o que determina a discriminação. Apresentando estratégias situadas de lidar com estigma, como vemos em Goffman (1980)⁴⁰,

³⁹ A categoria “normais” aqui sendo mobilizada como em Goffman (1980) para sinalizar a construção de padrões sociais de normalidade que regulam a vida social e suas instituições. A pressão coletiva e administrativa é sempre na direção de que esses padrões de normalidade sejam mantidos ou alcançados e as modalidades de ações nesta direção podem variar envolvendo conflitos de tempos em tempos entre os normais e os estigmatizados.

⁴⁰ Segundo Goffman, há três tipos de estigma: “Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (Goffman, 1980, p. 14). Os modos de lidar com essas formas de estigma são: sistemas de honra separados, aceitação do estigma, aceitação e correção do estigma (de modo direto ou indireto), estigma para explicar o fracasso, estigma como bênção secreta.

um líder negro disse: "Depende de a pessoa se impor. Se ficar sentada num canto já é discriminada. Tem gente que já tem complexo de natureza; já nasce complexada. Foi criada assim. Só serve para ficar sentada num canto (...) Sentir a gente sente, às vezes, um ou outro comentário, mas em tom de brincadeira" (Novaes e Floriano, 1985, p. 75).

Outra forma de negação do preconceito racial nas igrejas protestantes pesquisadas era o recurso à moral e à fé partilhadas. Um membro negro entrevistado dizia, em resposta à pergunta sobre racismo em sua igreja: "Não na igreja, graças a Deus, não existe. A igreja tem um pensamento diferente da sociedade fora da igreja. O evangelho nivela as pessoas e nivelando desaparece a casta". Sendo assim, a fé protestante levaria a um julgamento entre as pessoas na comunidade a partir de atributos ligados à retidão moral e ao exercício efetivo da fé, não hierarquizando a partir de nenhum outro atributo ou condicionamento social. Em abordagem crítica, Elter Dias Maciel, em "O drama da Conversão: uma análise da ficção Batista" (1988), observa: "como os patrões e operários se assentam nos mesmos bancos, a impressão que se difunde é a de que, através deste espírito, os problemas se resolveriam. Não chegam a perceber que o que os nivela é a obediência aos rigorosos princípios morais e a proclamação verbal de sua fé. No mais, a linguagem pietista exclui todo o conflito de classe (e podemos dizer de raça) e o considera fruto do materialismo dos homens, sem incluir nisto uma crítica à organização da sociedade" (Maciel, 1988, p. 93).

Passados anos de debate público sobre o tema, de avanços em políticas públicas, da multiplicação no âmbito do ativismo político como o surgimento do Movimento Negro Evangélico, da Rede de Mulheres Negras Evangélicas, entre outros grupos, e da difusão da Teologia Negra no Brasil (Pacheco, 2019), foi reconhecida a manifestação do racismo nas igrejas, sobretudo naquelas de perfil similar às pesquisadas em 1985⁴¹. Com vistas ao enfrentamento dessas

⁴¹ O cancelamento do debate sobre racismo, agendado para ocorrer na Igreja Batista Atitude, em julho de 2019, ganhou grande repercussão na mídia convencional e nas redes sociais aquecendo a discussão sobre a não superação desta chaga neste meio religioso (Disponível

questões pela via da política institucional, a maior parte das candidaturas evangélicas de esquerda acompanhadas na pesquisa tinham o combate ao racismo como bandeiras centrais de suas campanhas. Diferentemente das controvérsias observadas em relação às identidades popular, progressista ou de esquerda, a identidade negra não sofria contestações públicas. Em verdade, era utilizada estrategicamente como um recurso político na disputa eleitoral. Os candidatos de esquerda muito ativos em redes sociais, evangélicos ou não, faziam uso profícuo da defesa de pautas identificadas (controversamente ou não) como identitárias: racial, sexual e de gênero.

A luta identitária tinha uma dupla finalidade: uma disputa com a elite escravista, como disse o pastor Arioaldo Ramos em entrevista para a pesquisa, e uma disputa interna com o segmento conservador evangélico. Nas palavras de Jonatas Arêdes: “Maioria dos evangélicos são pretos. Homens e mulheres brancos, conservadores e ricos estão tentando fazer com que a periferia se torne conservadora em nome de Jesus. Não podemos permitir”.

Segundo pesquisa realizada pelo DataFolha e divulgada em 31 de janeiro de 2020, 59% dos evangélicos no Brasil são negros (somados pretos e pardos). A negação do racismo e de uma identidade afro entre os evangélicos (Reina, 2017) atende a interesses institucionais que apostam seus discursos, performances e organização institucional na tirania do mérito, para usar os termos de Michael Sandel (2020), como meio de produzir a expectativa de mobilidade social, de integração igualitária na comunidade religiosa e abafamento dos conflitos em torno das próprias questões de raça, gênero e classe social. Segundo Michael Sandel (2020), a ideologia do mérito produz fragmentação social, aprofunda desigualdades sociais e enfraquece práticas solidárias. O ideal meritocrático coloca grande peso na responsabilidade individual. Este é um gancho para lermos muitas das entrevistas publicadas em “O Negro Evangélico” (1985). Nelas, via-se uma profusão de argumentos que visavam sustentar a não existência de qualquer discriminação racial. Nesta

em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/debate-sobre-racismo-em-igreja-frequentada-por-michelle-bolsonaro-e-cancelado.shtml>. Acesso em: 19 de julho de 2019)..

chave, os negros emergiriam como não afeitados à disciplina, ao estudo ou não estariam aptos por questões de classe (como se uma questão fosse autônoma em relação à outra). A singularidade do “racismo à brasileira” seria que “o racismo aqui acaba se introjetando nas suas vítimas tornando-as também racistas” (Rufino, 1982, p. 73). Corroborando esse mecanismo e apontando para sua universalidade capitalista, Achille Mbembe (2018), desenvolve a noção do racismo como uma tecnologia de dominação:

[O] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2018, p. 18).

Denunciando este mecanismo entre cristãos, a candidata à vereadora Diana Brasilis (PDT-SP), apoiada pelo CCF, disse: “A cor da pele, o gênero, a sexualidade ou a classe social ainda determinam quem tem direito a viver com dignidade e quem pode ser tratado como a escória da sociedade sem maiores consequências. A intolerância contra os marginalizados é alimentada por aqueles que se dizem os mais cristãos, os seguidores de Jesus Cristo” e conclui afirmando: “Fascismo se combate, não se discute”⁴². Em sua campanha, destacava a importância da afirmação de identidades contra o fascismo. Assim, dizia: “O fascismo se alimenta da desigualdade. Quanto mais desigual, mais ele se enraíza. A fome está voltando. Eu já passei fome. É uma dor horrível. [...] É importante para a gente se estabelecer politicamente, principalmente com candidaturas de mulheres pretas, mulheres trans, povos originários, LGBTQs, que são as populações que o fascismo mais ataca”⁴³.

⁴² EL PAÍS. *A cidade de São Paulo na visão de seis jovens candidatos a vereador*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-09-28/a-sao-paulo-na-visao-de-seis-jovens-candidatos-a-vereador.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2020. de 2020.

⁴³ FÓRUM. *Exclusivo: “Estamos construindo a frente ampla”, diz liderança do Cristãos contra o Fascismo*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/>

A relevância dessas candidaturas de esquerda evangélica de negros e negras e que militam por igualdade era justificada por postulantes à vereança como meio de ampliarem a representação deste segmento majoritário na base das comunidades religiosas, mas diminuta em termos de cargos na hierarquia eclesiástica e no parlamento. Para Ana Paula Azzevedo, (PSOL- Ribeirão das Neves, RMBH), pastora negra: “O povo evangélico hoje no país é, em sua maioria, preto. É uma religião preta, mas que tem como lideranças homens brancos e mulheres brancas”⁴⁴.

O combate ao racismo nas campanhas de evangélicos de esquerda não era feita, no mais das vezes, pela via de passagens bíblicas. Para a questão racial, as propostas emergiam na forma de uma necessidade de “enegrecer a política”, como circulava entre várias candidaturas, e, no caso específico de uma candidata à prefeitura de Osasco (SP), Simoni dos Anjos (PSOL), em uma postagem no dia da consciência negra, na forma de uma conclamação à “combater o pecado do racismo”.

Entre as candidaturas de mulheres negras evangélicas, a pauta racial e de gênero estava associada na maior parte de seus pronunciamentos, postagens e na divulgação de suas propostas. Muitas vezes a “identidade periférica” (moradoras ou oriundas das periferias e favelas) também era apresentada conjuntamente. O caso de Claudete Costa, candidata à vereança pelo PT no Rio de Janeiro, é expressivo desta associação produzida entre a questão racial e de gênero durante a campanha. Claudete, diaconisa da Igreja Voz de Deus, convertida há 20 anos, catadora de material reciclável, moradora da Cidade de Deus, ex-moradora de rua, sobrevivente da Chacina

exclusivo-estamos-construindo-a-frente-ampla-diz-lideranca-do-cristaos-contra-o-fascismo/. Acesso em: 10 de outubro de 2020. 10 de outubro de 2020.

⁴⁴ BRASIL DE FATO. *Conheça as pré-candidaturas evangélicas que desafiam o conservadorismo cristão em MG*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/15/conheca-as-pre-candidaturas-evangelicas-que-desafiam-o-conservadorismo-cristao-em-bh>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

da Candelária⁴⁵, começou a trabalhar coletando lixo para ajudar na renda familiar aos 10 anos de idade. Sua campanha foi baseada na defesa da vida e do meio ambiente a partir de uma atenção especial à questão do descarte. Junto a esta agenda, a questão racial também teve destaque. Seu *slogan* de campanha era: “Por um Rio igualitário. Vote Claudete contra o racismo”. Suas propostas relacionavam a questão racial e de gênero como podemos ver em seu perfil do *Facebook* para o dia da Consciência Negra: “Estimular programas específicos de capacitação profissional, elevação de escolaridade e criação de oportunidades de trabalho e renda, com atenção especial para as mulheres e juventude negra; Estimular a constituição de um Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a população negra, articulado com ações na área de segurança pública que visem a superação da discriminação racial e de gênero; Incluir o recorte de gênero e raça nas metodologias de análises e avaliação da qualidade da educação, saúde, oportunidade de emprego e combate a todas as formas de violência; Promover ações afirmativas de combate ao racismo institucional no setor público e privado”.

A PAUTA DE GÊNERO ENTRE EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES 2020

Segundo Angelica Tostes (2018), as agendas típicas do progressismo cristão no século XXI, chamados pela autora de “cristãos de margem”, são a defesa das pautas LGBTQI+, negra, das mulheres, entre outras. Nesse contexto surgiriam as feministas evangélicas que, embora marginalizadas

⁴⁵ Chacina da Candelária se refere ao episódio ocorrido na madrugada do dia 23 de julho de 1993, próximo à Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro. Nesse acontecimento, foram assassinados oito jovens que dormiam em frente à Igreja. Outras pessoas ficaram feridas. O caso ganhou grande repercussão na mídia e sua ocorrência culminou com a formação de ONGs como a Viva Rio, coordenada pelo antropólogo Rubem César Fernandes.

pelo cristianismo de centro, amplificam suas atuações pelo meio virtual (Martins e Guedes, 2020).

Como apresentamos no tópico acima, as agendas de gênero e racial eram trazidas na integralidade das candidaturas acompanhadas pela pesquisa, ganhando centralidade em algumas delas. Para a Reverenda Alexya Salvador, candidata pelo PSOL à câmara de vereadores de São Paulo, em linha de continuidade com a apresentação casada da pauta feminina e racial feita por Claudete Costa, “a condição da mulher negra no Brasil é de escravidão. São as que mais sofrem violência doméstica, as que mais são vítimas da violência policial. As mulheres negras são desumanizadas nas igrejas e na sociedade. A mulher sair do lugar de quem serve, que não pode falar o que sente, o que acha”.⁴⁶

Investigações sobre a presença feminina nas igrejas evangélicas resultaram em inúmeros trabalhos acadêmicos desde a década de 1990 (Machado e Barros, 2009; Machado, 2005; Machado e Figueiredo, 2002; Machado e Mariz, 1996; Rohden, 1997; Sampaio, 1989; Teixeira, 2016; Rosas, 2018; Duarte, 2016; Goreth, 2002; entre outros). As mulheres sempre foram maioria neste grupo religioso e hoje, correspondem, segundo pesquisa do Instituto DataFolha, a 58% do total de evangélicos. Entre denominações neopentecostais, as mulheres chegam a 69%.

Desde o período imediatamente posterior ao fim da ditadura militar, organizações de mulheres católicas e evangélicas atuam em coletivos e em seminários com vistas a romperem o lugar subalterno que ocupavam (e ainda continuam a ocupar, na maioria dos casos) na hierarquia eclesiástica. Para Fabíola Rohden (1997) foram mulheres católicas e evangélicas (teólogas ou integrantes de CEBs) que deram início a uma reflexão sobre “misoginia”, “sexismo” e “opressão” de mulheres em suas comunidades religiosas

⁴⁶ Fala disponível no programa “Diálogos sobre #racismo nas tradições religiosas”, *webinar* realizado entre julho e agosto de 2020 e que contou com a participação de diversas lideranças religiosas. O primeiro encontro foi com a Reverenda Alexya Salvador. (<https://youtu.be/jEgTtlpEIZY>. Acesso em 12 de dezembro de 2020).

influenciadas pelo ideário feminista de então. Segundo a autora, “a produção teológica das mulheres protestantes está extremamente fundamentada na luta pelo ministério ordenado e pelo exercício pastoral” (Rohden 1997, p. 63). Esta característica da luta de mulheres protestantes marcaria uma diferença de fundo entre sua atuação e a das católicas:

é possível perceber como o tom deste discurso é bastante diferenciado do das católicas. Enquanto para estas últimas o núcleo central de argumentação gira em torno da especificidade feminina, para as teólogas protestantes há até uma recusa em falar de algum tipo de singularidade que possa dar preeminência às mulheres ou servir como justificativa lógica para as lutas dentro das Igrejas. O que transparece é uma distinção entre opções por um feminismo mais preocupado com a diferença e por um outro que enfatiza mais a luta pela igualdade (idem 1997, p. 68).

A ordenação de mulheres é uma pauta importante no movimento de evangélicas ainda hoje. As lutas prioritárias da Rede de Mulheres Negras Evangélicas do Brasil, por exemplo, são: “A ordenação aos mesmos cargos que os homens; A inclusão de mulheres da Bíblia como tema das ministrações, realçando o antigo e novo testamentos; A escalação de mulheres para ministrarem em cultos públicos, seminários, congressos, assembleias, reuniões etc., possibilitando também a inclusão daquelas que não têm cargos na igreja ou parentescos específicos com os líderes, dando vez e lugar para as diversas vozes presentes na congregação; O enfrentamento ao machismo, misoginia e sexismo, discriminação, preconceito e racismo serem temáticas a serem incluídas nas ministrações dos cultos”⁴⁷. Entre as Evangélicas pela Igualdade de Gênero o pastorado feminino também é enfatizado.

Entre a militância de esquerda católica e evangélica dos anos 1970, 1980 e até 1990, a questão feminina nas igrejas era considerada menor frente a pautas como o enfrentamento da pobreza e o combate às desigualdades entre as classes sociais. Sobre isso, Rohden cita a teóloga metodista, Nancy Pereira:

⁴⁷ Link para acesso ao blog: <https://afrokut.com.br/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

Em parágrafos muito contundentes ela denuncia que os teólogos da Libertação não incorporam a produção teológica das mulheres ou, se o fazem, é como algo secundário ou mesmo um 'desperdício'. Fazendo alusão ao texto bíblico onde uma mulher derrama perfume em Jesus, ato considerado pelos apóstolos um desperdício, Pereira critica a hierarquização de 'assuntos' estabelecida pelos teólogos homens, onde as propostas alternativas são desconsideradas, incluindo a Teologia Feminista" (Rohden 1997, p. 89).

Na atualidade, ao menos em termos das candidaturas de esquerda acompanhadas, a questão da mulher, sua autonomia, sua valorização religiosa e social emergem como tão importantes quanto o combate à pobreza na linha da campanha "Nenhum direito a menos" que defende a igualdade na defesa de direitos no debate público.

Se na questão do pastorado feminino ainda há dissensos internos às igrejas evangélicas, nas comunidades religiosas e nas campanhas de conservadoras e progressistas nas eleições 2020, o combate à violência doméstica era uma unanimidade. Um tema capaz de produzir uma comunicação eficaz entre lideranças e candidatas com a base religiosa. Nesse sentido, a candidata Diana Brasilis (PDT-SP) identifica que: "uma mulher evangélica consegue conversar muito mais com outra mulher evangélica, mesmo que ela esteja tomada por aquela manipulação. A gente ainda consegue conversar. Há essa aproximação. Existem também outros movimentos cristão feministas que lutam bastante contra a questão da violência doméstica, principalmente entre mulheres evangélicas. Não sei se você sabe, mas segundo um levantamento da pesquisadora Valéria Sena mostra que 40% das mulheres vítimas de violência doméstica são evangélicas"⁴⁸.

O combate à violência doméstica se inscreve em uma luta mais ampla pelo bem-estar da mulher incluindo aqui uma defesa da autonomia financeira

⁴⁸ FÓRUM. *Exclusivo: "Estamos construindo a frente ampla", diz liderança do Cristãos contra o Fascismo*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/exclusivo-estamos-construindo-a-frente-ampla-diz-lideranca-do-cristaos-contra-o-fascismo/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

das mulheres sem produzir, com isso, qualquer mudança no que diz respeito a um equilíbrio nos papéis de gênero. Deste modo, justifica-se a passagem fácil do tema da violência doméstica entre diferentes espectros ideológicos e teológicos visto que a defesa da segurança feminina não apresenta uma contestação estrutural necessária, embora o debate feminista guarde em si, em diferentes abordagens, um questionamento das estruturas coloniais e capitalistas (Hollanda, 2020; Arruzza, Battacharya e Fraser, 2019; entre outras). Neste sentido:

É possível pensar os achados de Teixeira (2016) evocando o pensamento da feminista Angela McRobbie (2015), que, revisando noções de Butler e Foucault, nos lembra que o senso comum feminino atual passa a se caracterizar pela busca da ‘boa vida’, do ‘ter tudo’, isto é, do conquistar sucesso profissional, doméstico/familiar e sexual; ideia de perfeição que repousa na restauração de uma feminilidade tradicional. Para McRobbie, a ênfase na autogestão feminina nada mais é que um controle ainda mais exato e intensificado da sociedade sobre as mulheres, que toma a forma de autorregulação, refletindo uma perspectiva que se generalizou na contemporaneidade, a saber, a de que investir na beleza corporal é uma escolha pessoal, um zelo, reflexo do amor próprio (e no caso, do divino) (Rosas, 2017, p. 319).

Nessa linha, os arranjos que permitiam acomodar a defesa da mulher minimizando o impacto revolucionário que essa agenda guarda foi observado por Maria das Dores Campos Machado e Fabiane Figueiredo (2002) em relação a candidaturas evangélicas femininas em 2000 no Rio de Janeiro. Vinte anos depois, nas eleições 2020, a verve revolucionária estava presente em muitas campanhas de mulheres evangélicas de esquerda, mas não em todas. Era possível observar em alguns casos estratégia similar àquela articulada por Benedita da Silva, candidata do PT à prefeitura do Rio de Janeiro, em 2000, e registrada na pesquisa (Machado e Figueiredo, 2002). Na ocasião, Benedita respondeu aos entrevistadores que não elegia o tema da mulher e racial como centrais por cálculo político. Em sua abordagem, o contexto social desfavorável afastaria o eleitor caso ela buscasse explorar qualquer dessas

identidades na campanha como um capital. O argumento elaborado para analisar esta estratégia dizia respeito ao fato de que para os cargos majoritários o discurso que amplia é sempre mais frequente e necessário na competição. O que visava destacar identidades tinha efeito para os cargos proporcionais (Machado e Figueiredo, 2002). Vinte anos dividem aquelas eleições das que acompanhamos. Contexto social e estratégias mudaram. Em se tratando de candidaturas de evangélicas de esquerda, seja para cargos proporcionais, seja para os majoritários, a defesa explícita da identidade feminina e também negra era uma marca da campanha de várias delas. Caso exemplar foi o da candidata Simoni dos Anjos (PSOL) para a prefeitura de Osasco ao dar grande visibilidade à identidade negra, feminina, materna, de educadora e pesquisadora em sua campanha nas redes sociais. Em ambos os casos, nem Benedita, em 2000, nem Simoni, em 2020, tiveram êxito eleitoral. Uma miríade de fatores podem ser destacados para refletir sobre esses resultados. Meu objetivo aqui, ao trazer esses casos em perspectiva, foi mais chamar atenção para a mudança relativa de contextos e estratégias que produzem, sem dúvida, necessidade de adequação analítica. A ocultação ou revelação das identidades em cada situação são tributárias de percepções sobre essas agendas em cada tempo, sobre seu potencial político e eleitoral. Outras teses nos convidam a refletir sobre ambas as posições de mulheres evangélicas, as mais conservadoras e as que se apresentam como progressistas ou de esquerda (considerando as diferenças internas que marcam suas estratégias), como agências que correspondem a escolhas situadas (Mahmood, 2019; Woodhead, 2002) e não como submissão involuntária ao patriarcado e aos sistemas de dominação masculina (Bourdieu, 2002).

Uma abordagem teológica recorrente nas campanhas investigadas na pesquisa era a que se baseava em passagens sobre defesa cristã da igualdade e do amor ao próximo. Na Carta “Manifesto do Povo”, o coletivo Cristãos Contra o Fascismo apresentou suas intenções em nove pontos. Não há nenhuma consideração exclusiva à questão racial, mas sim para a questão das mulheres. No sexto ponto da Carta lemos: “Somos a favor do respeito às mulheres e contra preconceito que as atinge, pois Jesus respeitou todas

as mulheres e as exaltou à igualdade. (Mq 2.9, Mt 9.22, Mt 28.1,5-10, Jo 4.1-29, Jo 8.1-11, Ex 15.20-21, Lc 8.1-3, Mt 26.6-13)”. A igualdade como potencial revolucionário ou reformador nos ajuda a ler as performances de mulheres evangélicas de esquerda e dos grupos estudados nessas eleições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pretensão neste artigo era disponibilizar parte do rico material empírico que sistematizamos no âmbito da pesquisa “Esquerda Evangélica nas Eleições 2020” (ISER- HBS). Sem esgotar as possibilidades de análise que sua diversidade contém, quisemos desenvolver, nos limites dessas páginas, como algumas identidades foram exploradas pelas candidaturas. Muitas performances, controvérsias e estratégias se revelaram no uso de todas elas, com destaque para a questão que envolvia as apresentações dos candidatos como de esquerda, progressista ou popular. Essas performances se utilizavam de imagens, narrativas, produção de emoções com vistas a convencer os eleitores e suas comunidades religiosas que era “natural” ser evangélico de esquerda ou progressista. Performances para colar em si próprios a verdade sobre “ser evangélico”. Neste grupo, haveria uma equivalência entre os termos. Para outros evangélicos, ser de esquerda seria diferente de ser progressista na medida em que o termo progressista seria vazio em termos políticos ou teológicos. Outros ainda diziam que era mais importante na comunicação com os evangélicos apresentarem-se como populares, como políticos em defesa de pautas populares, porque na sociedade em geral e entre evangélicos, em particular, a identidade progressista produz “confusão” como se a pessoa fosse um mero “defensor de gay”. Trazer a imagem de “povo de Deus” poderia ser mais proveitoso em termos de comunicação com a base e de rendimentos, neste sentido, política e eleitoralmente.

Noutro espectro, muitas performances foram feitas nas redes sociais a fim de convencer evangélicos ou não de que o “verdadeiro cristão” não é nem progressista e nem de esquerda, é de direita e conservador porque a

este enquadramento um estatuto de normalidade é atribuído, como vimos em inúmeras passagens acima no texto.

As várias performances são parte do jogo político, institucional ou do movimento social para a manipulação das impressões, tal como nos apresenta Goffman (1995). Estas manipulações são componente fundamental do processo de ampliação das comunidades de sofrimento. Esses processos, segundo Jeffrey Alexander (2014a; 2014b) são recursos recorrentes na vida política com vistas à ampliação do público afetado (se não diretamente, emocionalmente) pelas agendas apresentadas pelos grupos e atores sociais em disputa.

É interessante observar que as performances se valiam de uma narrativa de fundo: a defesa da liberdade. Seja no caso dos conservadores, seja no caso dos evangélicos de esquerda, a liberdade assumia uma centralidade: por um lado a liberdade diante da ameaça comunista (que solaparia a liberdade religiosa e de expressão), por outro, a liberdade de ser evangélico e ser gay, de ser evangélico e ser de esquerda. No limite, uma busca de legitimidade para exercerem sua diferença. Aqui nova camada de performances e narrativas: por um lado a afirmação da diferença como minoria a ser respeitada, por outro a afirmação da “normalidade” que suas identidades progressistas e de esquerda representariam na medida em que igualdade, respeito e amor seriam as bases do cristianismo e não o ódio e o capitalismo que caracterizariam o grupo antagônico.

A defesa das liberdades civis, da liberdade religiosa e de expressão perfazem o *modus operandi* de protestantes no Brasil desde a chegada das primeiras missões (Giumbelli, 2002; Mafra, 2001, entre outros), mas, é interessante observar no contexto recente, que a diversidade conformadora dos evangélicos no país produz novos arranjos narrativos, novas abordagens sobre liberdade que não podem ser tratadas somente como expressão de interesses escusos, mas como meios legítimos de apresentarem sua complexidade que, no limite, expressam a complexidade social mais geral. Novaes (2014) apresenta um interessante histórico sobre o avanço da valorização da diversidade através de legislações e tratados internacionais e seus impactos na

política institucional no Brasil e entre o movimento social secular e religioso. Em sua reflexão, no contexto contemporâneo, atores sociais em situações políticas mais variadas encontram um ambiente favorável à valorização da diversidade (e não só o respeito a ela). A mudança de termos seria expressiva da transformação da diversidade em capital com usos possíveis em disputas sociais e políticas.

Nesse sentido, as identidades religiosas, políticas, negra e feminina guardam profunda relação com lutas “intestinais”, como disse um de nossos entrevistados, pela liberdade e pela diferença em formulações que se aproximam e se antagonizam situacionalmente e as eleições 2020 foram um “caso bom para pensar” sobre elas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gustavo. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 39(3), p. 173-196, 2019.
- ALEXANDER, Jeffrey Lutando a Respeito do Modo de Incorporação – Reação Violenta contra o Multiculturalismo na Europa. *Revista Estudos Políticos*, vol. 5, n. 2, p. 399-426, 2014a.
- ALEXANDER, Jeffrey. Entrevista com Jeffrey Alexander. *Revista Estudos Políticos*, vol. 5, n. 2, p. 358-378, 2014b.
- ALEXANDER, Jeffrey C. The centrality of the classics. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan H. (orgs.). *Social Theory Today*. Cambridge, Polity Press, pp. 11–57, 1987.
- ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. *HORIZONTES ANTROPO-LÓGICOS* (UFRGS. IMPRESSO), v. 26, p. 419-436, 2020.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

- ARENARI, Brand. América Latina, pentecostalismo e capitalismo periférico: Aproximações teóricas para além do culturalismo. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 15, p. 514-527, 2016.
- ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Rio de Janeiro: Ed. Boitempo, 2019.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 a 2006)*. (Tese de doutorado), Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BIRMAN, Patrícia. Mediação feminina e identidades pentecostais. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), Unicamp, v. 6, p. 201-226, 1996.
- BIRMAN, Patrícia. *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar Editorial/CNPq/PRONEX, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, 2a ed.: Bertrand Brasil, 2002.
- BURDICK, John. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível?. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (orgs). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.185-212, 2002.
- BURITY, Joanildo. Ola conservadora y surgimiento de una nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura posimpeachment en Brasil. *CIENCIAS SOCIALES Y RELIGIÓN / CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO*, v. 22, p. 1-24, 2020.
- BURITY, Joanildo A.; BONINI, L. G.; SERAFIM, T. Religião e Espaço Público: Entrevista com Joanildo Burity. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 16, n. 28, p. 127-147, 2015.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 40(1), p. 1-246, 2020.

BURITY, Joanildo. Políticas de minoritização religiosa e globalização: notas para um estudo de redes religiosas de ativismo socio-político transnacional. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Montevideo, ano 7, n. 18, p. 19-30, ago./nov. 2015.

CAMPOS, Leonildo. O discurso acadêmico de Rubem Alves sobre “protestantismo” e “repressão”: algumas observações 30 anos depois. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2), p. 102-137, 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Evangélicos, o Golpe e a Ditadura: O Irresistível Canto das Sereias Autoritárias. In: DIAS, Z. M. (Ed.). *Memórias Ecumênicas Protestantes - Os Protestantes e a Ditadura: Colaboração e Resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor . Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES*, v. 13, p. 1-232, 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *ESTUDOS DE SOCIOLOGIA* (UFPE), v. 2, p. 3-212, 2019.

CAVALCANTI, Robinson. *A utopia possível: em busca do cristianismo integral*. Belo Horizonte: Editora Ultimato, 1993.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. Belo Horizonte: Editora Ultimato, 2002.

ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 18, n. 32, p. 15-68, 2017.

CHESNUT, R. Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

CONNELL, Raewyn. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 309-336, jul-dez 2012.

CÔRTEZ, Mariana. O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. *Em Debate*, v. 1, p. 31-38, 2018.

CUNHA, Magali. A influência da ideologia neoliberal na religiosidade evangélica: O discurso do mundo “gospel”. *Caminhando*, vol. 7, n. 2 [10], 2002.

DUARTE, Tatiane dos Santos. Uma perspectiva epistemológica feminista sobre o movimento ecumênico brasileiro. *Revista Mandrágora*, v. 22, p. 3-23, 2016.

DULLO, Eduardo. Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral. In: MONTERO, Paula. (Org.). *Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. 1ed. São Paulo/Campinas: Terceiro Nome/Unicamp, v. 1, p. 27-47, 2015.

DUTRA, Roberto; PESSOA, K. Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES*, v. 13, p. 233-256, 2021.

ESQUIVEL, Juan Cruz; TONIOL, Rodrigo. The presence of religion in the Latin American public space. Notes for a debate: La presencia de la religión en el espacio público latinoamericano. Apuntes para la discusión. *Social Compass*, v. 65, p. 1-18, 2018.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e Democracia no Brasil*. Lusotopie, Paris, v. 1999, n.1, p. 329-340, 1999.

FONSECA, Alexandre. Mídias, religiões e política no Brasil de Bolsonaro. In: GUADALUPE, José Luis Pérez e CARRANZA, Brenda (orgs.) *Novo*

ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

GIUMBELLI, Emerson. Public spaces and religion: an idea to debate, a monument to analyze. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, p. 279-309, 2018.

GIUMBELLI, Emerson. *O Fim da Religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: BIANCO, Bela Feldman (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, p. 227-267, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª ed, 1980.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GORETH, Maria. *A Mulher na Hierarquia Evangélica: o pastorado feminino*. (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro: PPCIS, 2002.

GUIMARÃES, Tarcísio Farias. Os Batistas e as questões políticas em Feira de Santana. *Epistemê*, Feira de Santana, ano 4, n.1, jan/jun 2002.

HOLLANDA, Heloisa Burque de (org). *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: GUADALUPE, José Luiz Perez e CARRANZA, Brenda. (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 25-54, 2012.

MACHADO, .Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de . Gênero, Geração e Classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 17/n.2, p. 369-393, 2009.

MACHADO, .Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero em grupos pentecostais. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 13, n.2, p. 387-396, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MACHADO, .Maria das Dores Campos; FIGUEIREDO, Fabiana Melo de. Gênero, religião e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, v. 4, p. 125-148, 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília. Pentecostalismo e a Redefinição do Feminino. *REVISTA RELIGIÃO E SOCIEDADE*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 140-159, 1996.

MACHADO, Ziel. *Sim a Deus, Sim à Vida: Igreja Evangélica redescobrendo sua cidadania*, PUC-SP, 1997.

MACIEL, Elter Dias. *O drama da Conversão: uma análise da ficção Batista*. Rio de Janeiro: Editora Cedi, 1988.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.

MAHMOOD, Saba. RAZÃO RELIGIOSA E AFETO SECULAR: UMA BARREIRA INCOMENSURÁVEL? Debates do NER, Porto Alegre, ano 19, n. 36, p. 17-56, 2019.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O Envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 34, p. 92-106, 1992.

MARTINS, Milena Geisa dos Santos; GUEDES, Moema de Castro. Feminismo e religião: uma análise das feministas evangélicas na rede social. *Sinais*, n. 23/2 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo: Umesp, 1997.

MONTERO, Paula. Religious Pluralism and Its Impacts on the Configuration of Secularism in Brazil. *Secular Studies*, v. 2, p. 14-29, 2020.

MONTERO, .Paula. Controvérsias religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, v. 32, p. 15-30-30, 2012.

MONTERO, .Paula. Religião, pluralismo e esfera pública. *Novos Estudos. CEBRAP*, SP, v. 74, p. 47-66, 2006.

NAVARRO, Juan B. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Kindle Edition ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOVAES, Regina R. Juventud, religión y política: ¿qué hay de nuevo en el Brasil del siglo XXI? *Observatorio de la Juventud en Iberoamérica*. Disponível em: <https://www.observatoriodajuventude.org/juventudes-religiao-e-politica-o-que-ha-de-novo-no-brasil-do-seculo-xxi/>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

NOVAES, Regina R.; FLORIANO, Maria da Graça. O negro evangélico. *Comunicações do ISER*, ano 4, Edição Especial, outubro de 1985.

NOVAES, Regina. Em nome da Diversidade. Notas sobre novas modulações nas relações entre religiosidade e laicidade. Religião em conexão: números, direitos, pessoas. *Comunicação do ISER*, n. 69. 2014.

ORO, Ari Pedro. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 69-92, 2020.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n.53, p. 53-69, 2003.

PACHECO, Ronilso. *Teologia Negra: o sopro antirracista do Espírito*. Brasília: Novos Diálogos, São Paulo: Editora Recriar, 2019.

PADILLA, Renê. *O que é a Missão Integral?* Belo Horizonte: Editora Ultimato, 2009. 136p.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico*, 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 31-94, 1995.

PALMEIRA, Moacir et al. *Relatório de pesquisas do Projeto Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, vol. 4, 1977.

PEREIRA, Nancy C. Perfume derramado das feministas. *VII Encontro do ministério pastoral feminino*, 1994.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais. p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A bem-vinda politização dos pentecostais. *Contexto Pastoral*, São Paulo, v. 4, n.33, p. 6-7, 1996.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957 – 1987)*. Rio de Janeiro: Novos Dialogos Editora, 2011.

REINA, Morgane Laure. Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação da USP. São Paulo. v. 24, 2, p. 253-275, 2017.

ROHDEN, Fabíola. “Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente”. *Cadernos pagu* (8/9) p. 51-97, 1997.

ROSAS, Nina. Religião evangélica e suas respostas às mulheres: aborto, direito e prosperidade. *Revista de Antropologia*. Vol. 60, No. 3, p. 316-322, 2017.

ROSAS, Nina. Heterossexualidade e homossexualidade: prescrições sobre o uso do corpo das mulheres evangélicas. *RELIGIÃO E SOCIEDADE*, v. 38, p. 176-197, 2018.

RUFINO, Joel. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALES JR. Ronaldo Laurentino de; AGUIAR, Jorissa Danila. A fé do povo latino-americano: entre o cristianismo da libertação e as lutas populares. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 40(2), p. 99-121, 2020.

SAMPAIO, Tânia Mara V. A mulher e o ministério ordenado nas Igrejas cristãs. *Curso de verão*, São Paulo, Paulinas, ano 3, n° 3, p.211-220, 1989.

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?* São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Douglas Alessandro Souza; MARTINEZ, Elias David Morales. “A igreja sou eu, é você, somos nós”: notas sobre a desinstitucionalização evangélica no Brasil a partir da observação da Comunidade Caminho da Graça. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, 40(2), p. 31-53, 2020.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Orgs.). *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SMILDE, David. *Reason to believe: cultural agency in Latin American Evangelicalism*. Berkeley: University of California Press, 2007.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em Irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Lisboa: Editora Pergaminho, 1986.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A Mulher Universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016.

TONIOL, Rodrigo et al. *Tradicionalismos, fundamentalismos, fascismos? El avance de los conservadurismos en América Latina*. Encarte, 2019.

TOSTES, Angelica. Marginais dentro do centro: os evangélicos e o movimento social. *Angeliquisses*, 2018. Disponível em: <https://angeliquisses.wordpress.com/2018/03/29/marginais-dentro-do-centro-os-evangelicos-e-o-movimento-social/>. Acesso em: 29 de março de 2018.

TRABUCO, Zózimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Sagga, 2016.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America. *Politics & Gender* v. 16, p. 6-10, 2020.

VALE, Edenio et. al. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez & Moraes-Educ., 1979.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite e LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

WOODHEAD, Linda. Mulheres e gênero: uma estrutura teórica. *Estudos da Religião*, n.1, p. 1-11, 2002.

Recebido em: 08/03/2021

Aprovado em: 08/03/2021

COMENTÁRIOS